



Proc. 458/2024

Fls. _____

MUNICÍPIO DE COSTA RICA**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO
SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS**

PREGÃO 14/2024	
OBJETO	A presente licitação tem por objeto o Sistema de Registro de Preços visando a contratação de empresa especializada para prestação de serviços no controle de pragas, desinsetização, desratização, limpeza de caixa d'água e higienização de bebedouros com trocas de filtros para atender todas as Secretarias Municipais.
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.	458/2024
DATA E HORÁRIO DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA	03 de julho de 2024 às 08h30min – Horário de Brasília-DF
LINK DA SESSÃO	www.portaldecompraspublicas.com.br
PREFERÊNCIA POR ME/EPP/EQUIPARADAS	ITENS COM DESTINAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP/equiparadas: ☒ SIM ☐ NÃO ITENS COM AMPLA CONCORRÊNCIA: ☐ SIM ☒ NÃO ITENS COM PREFERÊNCIA LOCAL/REGIONAL: ☒ SIM ☐ NÃO ITENS COM RESERVA DE COTAS ME/EPP: ☐ SIM ☒ NÃO
REGÊNCIA LEGAL	Regido pela Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar n.º 123/06, Decreto Municipal n.º 4.956, Decreto Municipal n.º 4.971, e demais legislações correlatas.
VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO	R\$ 479.180,39 (quatrocentos e setenta e nove mil cento e oitenta reais e trinta e nove centavos)
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	Menor Preço por Item
MODO DE DISPUTA	Aberto e Fechado
ÓRGÃOS PARTICIPANTES	Secretaria Municipal de administração e finanças, planejamento, receita e controle, Secretaria Municipal de Saúde / Fundo Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento, Secretaria Municipal de Turismo, Meio Ambiente, Esporte e Cultura, Secretaria Municipal de Obras Públicas e Secretaria Municipal de Políticas Públicas para Mulheres
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	O Edital e seus anexos poderão ser obtidos através do endereço eletrônico www.costarica.ms.gov.br ; ou ainda através do portal eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br .



MUNICÍPIO DE COSTA RICA
EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2024
AQUISIÇÃO DE BENS (PROCESSADA PELO SRP)

Preâmbulo

O Município de Costa Rica, estado de Mato Grosso do Sul, CNPJ n. 15.389.596/0001-30, com sede à Rua Ambrosina Paes Coelho, nº 228, Centro, em Costa Rica/MS, ordenador de Despesas: por intermédio do Sr. **Cleverson Alves dos Santos**, Prefeito Municipal, brasileiro, casado, advogado, portador da carteira de identidade com RG n. 1876103 SSP/DF, inscrito no CPF sob o n. 648.171.485-00, residente e domiciliado à Rua Francisco Augusto Mesquita Filho, nº 365, Jardim Eldorado, na cidade de Costa Rica, estado de Mato Grosso do Sul, por meio das Secretarias Municipais; torna público que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **Menor Preço** com critério de julgamento por **Item**, e pelo modo de disputa **Aberto e Fechado**, com abertura em **03/07/2024 às 08h30min – Horário de Brasília-DF**, o Pregão será conduzido pela Pregoeira designada através da Portaria n.º 16.150/2024, o certame e a contratação dele decorrente, serão regidos pela Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 4.956, Decreto Municipal nº 4.971, Lei Complementar n.º 123/06, , legislação correlata e demais exigências deste edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação será processado através do **Sistema de Registro de Preços visando a contratação de empresa especializada para prestação de serviços no controle de pragas, desinsetização, desratização, limpeza de caixa d'água e higienização de bebedouros com trocas de filtros para atender todas as Secretarias Municipais**, em atendimento à solicitação da **Secretaria Municipal de Administração e Finanças, Planejamento, Receita e Controle**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3. O Registro de Preços será formalizado por intermédio da Ata de Registro de Preços, na forma do Anexo III, e nas condições previstas neste Edital e no Termo de Referência.

2. DA SESSÃO PÚBLICA

2.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio do sistema eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br, na data, horário e local indicados no preâmbulo deste Edital.

2.2. Durante a sessão pública a comunicação entre a Pregoeira e as licitantes ocorrerá exclusivamente por troca de mensagens em campo próprio do sistema eletrônico.

2.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela Pregoeira;

2.4. Na impossibilidade da conclusão dos trabalhos da sessão deste Pregão Eletrônico na mesma data de abertura, e em face de decisão da Pregoeira, deverá ser determinada a continuidade das atividades em dia(s) subsequente(s).



MUNICÍPIO DE COSTA RICA

2.5. Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

2.6. É de responsabilidade do cadastrado conferir com exatidão os seus dados cadastrais no Sistema Eletrônico e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente à correções e/ou alterações dos registros quando constada determinada incorreção ou se tornem desatualizados.

3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderá participar do presente pregão eletrônico, a empresa que atender a todas as exigências, inclusive quanto à documentação constante deste Edital e seus Anexos e, estiver devidamente cadastrado junto ao Órgão Provedor do Sistema, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br

3.2. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema, conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

3.3. Para os itens **01 ao 82**, a participação é exclusivamente para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas.

3.4. Será estabelecido preferência de contratação para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas sediadas no âmbito local e/ou regionalmente de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, previsto no art. 48, § 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e do Decreto Municipal n.º 4.968, de 21 de novembro de 2023.

3.4.1. Fica estabelecido como limite geográfico do Município de Costa Rica, conforme art. 3º, VII, do Decreto Municipal nº 4.968/23, os seguintes municípios estabelecidos na região norte do Estado: Alcinópolis, Figueirão, Coxim, Sonora, Pedro Gomes, Rio Verde de Mato Grosso, São Gabriel do Oeste, Rio Negro e Camapuã.

3.4.1.1. Os interesses deverão marcar em campo próprio do sistema, quando estiverem sob a limitação geográfica correspondente, ou seja, forem sediados no município de Costa Rica e nos demais municípios abrangidos pelo subitem acima, sob pena de não terem o benefício da prioridade aplicada.

3.5. A obtenção de benefícios previstos dos artigos 42 a 49 Lei Complementar n.º 123/2006, fica limitada às microempresas, às empresas de pequeno porte e equiparadas, que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.6. Para os fins do disposto neste Edital, considera-se como “equiparadas”: o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e o microempreendedor individual - MEI, conforme determinam o art. 3º-A e

art. 18-E da [Lei Complementar nº 123, de 2006, bem como as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei n.º 11.488, de 2007.](#)



MUNICÍPIO DE COSTA RICA

3.7. Na hipótese de não haver vencedor para os **itens** exclusivos nos moldes acima descritos, este serão declarados fracassados e/ou desertos, podendo ser repetida a licitação sem **itens** exclusivos, aplicando as regras já estabelecidas neste Edital.

3.8. A sessão pública será realizada no site www.portaldecompraspublicas.com.br, no dia **03 de julho de 2024, com início às 08:30 horas**, horário de Brasília – DF e somente poderão participar da sessão pública, as empresas que apresentarem propostas **até às 08:29 horas (horário de Brasília-DF) através do site acima citado.**

3.9. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

3.9.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49;

3.9.1.1. Nos itens exclusivos para participação de microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

3.9.1.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar n.º 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada.

3.9.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital e Termo de Referência;

3.9.3. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.9.4. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.9.5. Que a proposta foi elaborada de forma independente.

3.9.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

3.10. Não poderá participar direta ou indiretamente do presente Pregão Eletrônico o licitante enquadrado em qualquer das seguintes hipóteses:

3.10.1. que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;

3.10.2. em que o ramo de atividade não seja pertinente ou compatível com o objeto desta licitação;

3.10.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;



MUNICÍPIO DE COSTA RICA

3.10.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.10.4.1. equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10.5. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.10.6. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.10.7. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.10.8. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.10.9. empresa declarada inidônea por qualquer Órgão da Administração Pública direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal;

3.10.10. empresas impedidas de licitar ou contratar com o Município.

3.10.11. com decretação de falência;

3.10.12. submisso a concurso de credores, em liquidação ou em dissolução;

3.10.13. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição;

3.10.14. As condições mencionadas nos subitens anteriores serão verificadas pelo Pregoeiro previamente à fase de habilitação;

3.10.15. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

3.10.16. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se refere o subitem 3.10.4, poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.10.17. O disposto no item 3.10.4. não impede a licitação que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.



MUNICÍPIO DE COSTA RICA

3.10.18. O impedimento de que trata o item 3.10.5. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10.19. A vedação de que trata o item 3.10.15. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.10.20. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.10.21. Pessoa física que tenha sido proibida de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 14.230/2021, ou pessoa jurídica que tenha como sócio majoritário aquele a quem foi dirigida mencionada penalidade, durante o prazo que apontar a decisão condenatória.

3.10.22. Não se admite a participação de pessoa física quando a contratação exigir capital social mínimo e estrutura mínima, com equipamentos, instalações e equipe de profissionais ou corpo técnico para a execução do objeto incompatíveis com a natureza profissional da pessoa física, conforme demonstrado em estudo técnico preliminar.

3.10.23. Empresa cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação.

3.10.24. Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa, desde que não tenham observado o disposto no subitem 3.12 deste Edital.

3.11. DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM CONSÓRCIO

3.11.1. Não será permitida a participação de empresas em consórcio, por restar demonstrado com base no objeto desta demanda, que não há necessidade que empresas de objetos diferentes reúnam-se em consórcio para junção de qualificações distintas destinadas a um mesmo fim, objeto deste Termo, a operação deste Município requer uma empresa com condições de fornecer os materiais, sendo que todos os serviços essenciais inerentes a este objeto coexistem dentro de uma mesma estrutura empresarial especializada no fornecimento de tais materiais.

3.11.2. Essa decisão é resultante de um processo de avaliação da realidade do mercado em razão do objeto a ser licitado e a ponderação dos riscos inerentes à atuação de uma pluralidade de sujeitos associados para execução do objeto visando ao atendimento ao interesse público do órgão.

3.11.3. Diante do exposto e considerando que existem diversos fornecedores com capacidade de entregar o objeto deste Edital, e ainda por não ser característico da atividade econômica da venda de materiais em junção de consórcio, o Município de Costa Rica/MS decidiu por não permitir a participação



MUNICÍPIO DE COSTA RICA

de consórcio. Fato esse que, por si só, não configura restrição à competitividade.

3.12. DA PARTICIPAÇÃO DE PROFISSIONAIS ORGANIZADOS SOB A FORMA DE COOPERATIVA

3.12.1. Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar de licitação quando:

I - a constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a [Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971](#), a [Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012](#), e a [Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009](#);

II - a cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

III - qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;

IV - o objeto da licitação se referir, em se tratando de cooperativas enquadradas na [Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012](#), a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

3.13. Da participação de pessoa física:

3.13.1 Considerando os estudos técnicos preliminares, e, conforme o objeto, na presente contratação, não será admitida a participação de pessoa física, porquanto necessária estrutura incompatível com as suas características, para o atendimento da necessidade da Administração.

3.14. DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS ESTRANGEIRAS

3.14.1. Será permitida a participação de empresas estrangeiras que funcionem no País, sendo exigidos os documentos de habilitação descritos no item 16.3 (habilitação jurídica), inclusive o relacionado no subitem 16.3.1.5. deste edital, por meio de documentos equivalentes aos exigidos para pessoas jurídicas nacionais, inicialmente apresentados em tradução livre, conforme regulamentado pelo Decreto Municipal nº 4.971/2023.

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio no registro cadastral no www.portaldecompraspublicas.com.br, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento as exigências de habilitação prevista no Edital.

4.1.1. O acesso do operador ao sistema do pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preços e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

4.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

4.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.



MUNICÍPIO DE COSTA RICA

4.4. É de exclusiva responsabilidade do usuário cadastrado o sigilo da senha, bem como conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados não cabendo a este órgão promotor da licitação a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.5. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.6. Qualquer dúvida em relação ao acesso ao sistema operacional poderá ser esclarecida através do www.portaldecompraspublicas.com.br, por contato pelo telefone 0800.730.5455.

5. DO ENVIO DA PROPOSTA

5.1. No presente Pregão Eletrônico, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances, e de julgamento.

5.2. Os licitantes deverão encaminhar, exclusivamente por meio do sistema, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

5.3. O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.4. O licitante declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital.

5.5. A licitante deverá declarar em campo próprio do sistema, ao cadastrar a sua proposta, que:

5.5.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.5.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

5.5.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.5.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.6. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.



MUNICÍPIO DE COSTA RICA

5.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte, equiparadas ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

5.7.1. no item exclusivo para participação de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.7.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar n.º 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte e equiparadas ou sociedade cooperativa.

5.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.5. e 5.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei n.º 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese da fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, retirar ou substituir os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.12.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

5.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.14. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.14.1. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.



MUNICÍPIO DE COSTA RICA

5.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- a) valor unitário e total dos Itens;
- b) quando houver lotes com mais de um item, obrigatoriamente todos os itens do lote devem ser cotados.
- c) descrição detalhada do objeto, indicando no que for aplicável, uma única marca por item ofertado, devendo o modelo ser discriminado quando for pertinente. Tais informações devem estar de acordo com o Termo de Referência;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.3. O licitante **não poderá se identificar** no preenchimento da proposta.

6.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.



MUNICÍPIO DE COSTA RICA

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

6.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas Competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição Federal; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento na execução do contrato.

6.11. A empresa licitante deverá ainda, apresentar as seguintes declarações, como anexo à proposta:

6.11.1. DECLARAÇÃO de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

6.11.2. DECLARAÇÃO de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas no inciso IV do art. 63 da Lei n.º 14.133, de 2021;

6.11.3. Em relação às microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, DECLARAÇÃO de que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo utilizar o modelo do ANEXO V do edital.

6.11.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar que cumpre os requisitos estabelecidos no subitem 3.12 deste Edital.

6.12. DA GARANTIA DA PROPOSTA

6.12.1. Para a presente proposta não será exigida garantia.

7. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

7.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei n.º 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido, por via eletrônica no endereço através do site www.portaldecompraspublicas.com.br, devendo ainda serem encaminhadas cópias para o e-mail: licitacao@costarica.ms.gov.br até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

7.1.1 Não será conhecida da impugnação ou do pedido de esclarecimentos sem o nome completo ou razão social, CPF/CNPJ, endereço, telefones, e-mail, assinatura do impugnante e sendo pessoa jurídica deverá estar acompanhada de documento que comprove a representatividade de quem assina a impugnação.

7.2. O agente de contratação, responderá à impugnação ou ao pedido de esclarecimento no prazo de até 03 (três) dias úteis contados da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à



MUNICÍPIO DE COSTA RICA

data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos.

7.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

7.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro/agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

7.4. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas em sítio eletrônico oficial do órgão ou da entidade promotora da licitação e no sistema, dentro do prazo estabelecido no item 7.2, e vincularão os participantes e a Administração.

7.5. Na hipótese de alteração do instrumento convocatório em decorrência do acolhimento da impugnação ou do esclarecimento feito, aplica-se o disposto no §1º do art. 55 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

8.2.1. Será desclassificada a proposta cuja descrição do objeto não esteja em conformidade com os requisitos do edital e também será desclassificada a proposta cuja descrição identifique o licitante.

8.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

9. DOS LANCES

9.1. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.2. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.



MUNICÍPIO DE COSTA RICA

9.3. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9.4. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

9.5. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta **deverá ser de R\$ 0,05 (cinco) centavos.**

9.6. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

10. DO MODO DE DISPUTA

10.1. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

10.2. A sessão pública será realizada em consonância com o art. 56, da Lei nº 14.133/21, obedecendo ao modo de disputa aberto e fechado, na fase aberta os licitantes serão informados em tempo real, o valor do menor lance registrado, vedado a identificação do seu detentor.

10.2.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

10.2.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

10.2.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

10.2.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

10.2.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

10.3. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

10.4. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.



MUNICÍPIO DE COSTA RICA

10.5. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

10.6. Retornando a conexão do pregoeiro ao sistema, todos os atos praticados pelas licitantes junto ao sistema serão considerados válidos.

10.7. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

10.8. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

11. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

11.1. Considerando as normas gerais e também o Decreto Municipal nº 4.968/2023, microempresas, empresas de pequeno porte equiparadas, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas participantes sediadas local ou regionalmente, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for considerada empresa não sediada local ou regionalmente, assim como das demais classificadas, para o fim aplicar-se o disposto no [art. 48, § 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#) c/c o art. 3º, incisos VI e VII do Decreto Municipal nº 4.968/2023.

11.1.1. Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

11.1.2. A mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

11.1.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte e equiparada melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa, empresa de pequeno porte e equiparadas que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

11.1.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

11.2. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

11.3. Após aplicada as supracitadas regras, persistindo o empate, ou, caso não seja licitação exclusiva para ME/EPP/Equiparadas, serão utilizados os critérios de desempate descritos no art. 60 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, naquela ordem estabelecida.



MUNICÍPIO DE COSTA RICA

11.4. A licitante caracterizada como ME, EPP ou equiparada **não** poderá fazer uso do tratamento diferenciado se, no ano-calendário de realização da licitação, tiver celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, observado o disposto nos §§ 2º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

12. DA NEGOCIAÇÃO

12.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

12.1.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

12.1.2. A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

12.1.3. Concluída a negociação, o resultado será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

13. DA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA ADEQUADA AO ÚLTIMO LANCE OFERTADO

13.1. O pregoeiro solicitará ao licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar que, no prazo de até **2 (duas) horas** envie a proposta, devidamente preenchida e assinada, adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital.

13.1.1. A Proposta de Preços ajustada deverá ser inserida no sistema www.portaldecompraspublicas.com.br ou pelo e-mail: licitacao@costarica.ms.gov.br quando solicitado.

13.1.2. A sessão PODERÁ ser suspensão para aguardo da proposta de preços, cabendo ao Pregoeiro informar, através do sistema eletrônico, a data e o horário para retomada da licitação e divulgação da aceitabilidade da proposta.

13.1.3. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

13.2. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

14. DA FASE DE JULGAMENTO

14.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.



MUNICÍPIO DE COSTA RICA

14.3. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para contratação neste Edital e seus anexos.

14.4. Será desclassificada a proposta vencedora que:

14.4.1. contiver vícios insanáveis;

14.4.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Edital e seus anexos;

14.4.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo estimado para a contratação;

14.4.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

14.4.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

14.4.5.1. Para os fins do disposto nos subitens 14.4.1 e 14.4.5, considera-se vício sanável, entre outras, as seguintes medidas:

I – a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes;

II - o desatendimento de exigências meramente formais e que não comprometam a compreensão do conteúdo da proposta;

III - aquele cujo defeito não altera a substância da proposta;

IV - a atualização de documentos vencidos após a data de recebimento das propostas;

14.4.5.2. O Agente de Contratação poderá realizar diligências para sanar os vícios de que trata o subitem 10.4.5.1 deste Edital, mediante despacho fundamentado registrado na ata da sessão.

14.5. No caso de apresentação de proposta inexequível (subitens 14.4 e 14.4.4), o Agente de Contratação, para fins de subsidiar a decisão quanto à sua aceitabilidade, poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada no sentido de:

a) apurar se há algum risco na viabilidade da execução do objeto ofertado, a origem e a qualidade dos insumos empregados no processo produtivo e se a licitante está em dia com suas obrigações tributárias, previdenciárias e trabalhistas; e

b) solicitar à licitante maiores esclarecimentos sobre a dimensão da sua proposta e de onde obterá proveito econômico, no sentido de comprovar que o custo ultrapassa o valor da proposta; e/ou inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta, comprovando a sua efetiva exequibilidade, bem como declaração expressa de que assume eventuais prejuízos ao longo de futura relação contratual a ser firmada, de maneira que possíveis pedidos de modificação contratual posterior sejam analisados atentamente, a fim de que não sejam utilizados como expediente para corrigir distorções nos preços contemplados na proposta vencedora.

14.5.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que dispõe o subitem 14.4.5.2 e subitem 14.5, somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24hrs (vinte e quatro horas) de antecedência, e a ocorrência será registrada na ata da sessão.



MUNICÍPIO DE COSTA RICA

14.6. É considerado indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

15. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

15.1. Os licitantes interessados, após o encerramento da etapa competitiva, poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante vencedor.

15.1.1. A apresentação de novas propostas na forma do item 15.1 não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante vencedor.

15.1.2. Para os fins do disposto no subitem 15.1, o pregoeiro consultará os demais licitantes se aceitam reduzir o preço e aderir às demais condições ofertadas pelo licitante vencedor.

15.1.3. Com a confirmação do aceite, será consignado em ata da sessão da licitação.

15.2. Se houver mais de um licitante que aceite cotar sua proposta em valor igual ao licitante vencedor, a classificação será realizada segundo a ordem da última proposta individual ou lance apresentado durante a fase de competitiva de lances.

16. DA FASE DE HABILITAÇÃO

16.1. Os documentos de habilitação, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, são exigidos nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei n.º 14.133, de 2021.

16.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

16.2.1. Consulta consolidada de pessoa jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)

16.2.2. consulta ao banco de dados de penalidades do município (cadastro/registro das empresas sancionadas e/ou suspensas).

16.2.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o §8º do artigo 12 da Lei n.º 14.230/2021.

16.2.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte da empresa.

16.2.5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

16.2.6. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.



MUNICÍPIO DE COSTA RICA

16.3. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO EXIGIDOS:

16.3.1. Habilitação jurídica:

16.3.1.2. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

16.3.1.3. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

16.3.1.4. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

16.3.1.5. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução. [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

16.3.1.6. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

16.3.1.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

16.3.1.8. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

16.3.1.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

16.3.1.13 **No caso de ME e EPP que queira usufruir dos benefícios da Lei Complementar federal n. 123/2006 e da Lei Complementar estadual n. 303/2022: certidão simplificada** original da Junta

Comercial da sede da licitante ou documento equivalente, além de **declaração escrita**, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte estando apta a usufruir dos benefícios previstos nos art. 42 a art. 49 da Lei Complementar nº 123/2006;

16.3.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

16.3.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ); www.receita.fazenda.gov.br;



MUNICÍPIO DE COSTA RICA

16.3.2.2. Prova de Regularidade relativa ao **FGTS**, por meio de Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), expedida pela Caixa Econômica Federal www.caixa.gov.br ou do documento denominado "Situação de Regularidade do Empregador", com prazo de validade em vigor na data marcada para abertura dos envelopes e processamento do Pregão;

16.3.2.3. Prova de Regularidade relativa Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, seguridade social, por meio de Certidão Negativa de Débitos (CND) relativos aos Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; expedida nos sites www.receita.fazenda.gov.br ou www.pgfn.fazenda.gov.br. **Conforme Portaria Conjunta PGFN/RFB n.º 1.751, de 2 de outubro de 2014;**

16.3.2.4. Prova de Regularidade para com a Fazenda **Municipal**, por meio de Certidão Negativa de Débito em relação ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza-**ISS**, expedida pela Prefeitura do domicílio ou sede da licitante;

16.3.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio de Certidão Negativa de Débitos **Trabalhistas-CNDT**, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho www.tst.jus.br/certidao, conforme Lei n.º 12.440/2011 e Resolução Administrativa TST nº 1470/2011.

16.3.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

16.3.3.1. Pessoa jurídica, apresentar certidão negativa de feitos sobre **falência**, expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

16.3.3.2. No caso de empresa em recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

16.3.3.3 DECLARAÇÕES E DOCUMENTOS COMPLEMENTARES À HABILITAÇÃO

a) **Declaração Unificada**, conforme modelo no **Anexo VI** deste edital, devidamente preenchida e assinada pelo responsável.

b) Modelo de **Carta de Preposto**, conforme **Anexo VII** deste edital, quando o representante da empresa não figurar como sócio nos quadros societários do ato constitutivo. **Caso seja vencedor poderá entregar a mesma no ato da assinatura do contrato.** Esclarecendo que a Carta de Preposto não substitui a Procuração e nem a Procuração substitui a Carta de Preposto.

c) A empresa deverá apresentar aptidão para prestação do serviço através de atestado técnico em nome da empresa proponente, para comprovação técnica operacional de no mínimo 4% dos serviços deste Termo de Referência. **Dispor de funcionários com curso da NR33 E NR35 para trabalho em locais altos e confinados.**

d) A contratada deve atender os normativos correlatos ao serviço pretendido, destacando a Resolução ANVISA 52/2009 referente a prestação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas. Os serviços



MUNICÍPIO DE COSTA RICA

deverão ser prestados por empresa especializadas com devido **alvará de funcionamento dentro do prazo de validade** fornecido por autoridade Sanitária do Município.

e) **Licenças Ambiental** emitida pelo órgão ambiental competente **LIO (Licença de Instalação e Operação)**

16.3.4. COMPROVAÇÃO COMPLEMENTAR EM CASO DE PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS:

16.3.4.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

16.3.4.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

16.3.4.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

16.3.4.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

16.3.4.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

16.3.4.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

- a) ata de fundação;
- b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
- c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
- d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e
- f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

16.3.4.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

16.3.5. DAS REGRAS GERAIS DA FASE DE HABILITAÇÃO:

16.3.5.1. Após a consulta de que trata o subitem 12.2 deste Edital, o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar deverá encaminhar **OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO PREVISTOS NESTE EDITAL**, via sistema eletrônico, remetidos através do sistema www.portaldecompraspublicas.com.br, no prazo de **02 (duas)** horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação.

16.3.5.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.



MUNICÍPIO DE COSTA RICA

16.3.5.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto n.º 8.660, de 29 de janeiro de

2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

16.3.5.4. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

16.3.5.4.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

16.3.5.5. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

16.3.5.5.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelo licitante e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

16.3.5.5.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

16.3.5.5.3. A diligência de que trata o subitem 16.3.5.5, não caracteriza como substituição ou apresentação de documento novo, e dessa forma, o pregoeiro/comissão poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada na ata da sessão e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação, assim como a juntada de documento extemporâneo que não havia sido apresentado no momento oportuno por um equívoco ou falha, porém desde que esses sejam preexistentes e passível de comprovação.

16.3.5.5.4. Os documentos exigidos em sede de diligência deverão ser apresentados no sistema eletrônico, no prazo de 02 (duas) horas, após solicitação do pregoeiro, sob pena de inabilitação.

16.3.5.5.5. Caso haja a necessidade de suspensão da sessão para a realização da diligência, somente poderá ser retomada a sessão mediante aviso prévio no sistema, com no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e devidamente registrado em ata.

16.3.5.5.6. O prazo estabelecido no subitem acima poderá ser prorrogado pelo Pregoeira no caso de indisponibilidade do sistema, bem como da ocorrência de fato excepcional superveniente para o qual não tenha concorrido a licitante, desde que devidamente comprovada, não podendo este prazo exceder em 05 (cinco) dias úteis, contados da solicitação do Pregoeira.

16.3.5.5.7. Todos os documentos a serem encaminhados eletronicamente deverão ser configurados, preferencialmente, nos seguintes formatos: Adobe Acrobat Reader (extensão .PDF), Word (extensão



MUNICÍPIO DE COSTA RICA

.DOC ou DOCX), Excel (extensão .XLS ou .XLSX), podendo ser processados por compactação nos formatos ZIP (extensão .ZIP) ou RAR (extensão .RAR).

16.3.5.5.8. Os documentos remetidos por meio do sistema www.portaldecompraspublicas.com.br poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo(a) Pregoeiro(a). Caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados ao pregoeiro, no endereço licitacao@costarica.ms.gov.br.

16.3.5.5.8.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir

16.3.5.5.9. A licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a proposta ajustada, e/ou documentos complementares, tanto na fase de proposta ou de habilitação, conforme previsto neste instrumento, será desclassificada/inabilitada, conforme o caso, e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

16.3.5.5.10. As microempresas, as empresas de pequeno porte e equiparadas, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, social e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

16.3.5.5.11. Na hipótese de haver alguma restrição quando da comprovação de regularidade, será assegurado prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

16.3.5.5.12. Na hipótese do licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação.

16.3.5.5.13. No caso de itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, quando houver inabilitação do licitante que estava como provisoriamente vencedor, e, antes do Pregoeiro passar à proposta ou lance subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto.

16.3.5.5.14. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no edital, o licitante será declarado vencedor.

16.3.5.5.15. Após o encerramento da fase de habilitação, o pregoeiro disponibilizará no sistema os documentos da habilitação apresentados pelo licitante declarado vencedor bem como os documentos oriundos das diligências promovidas.

16.3.6. DAS DECLARAÇÕES A SEREM APRESENTADAS PELOS LICITANTES NA FASE DE HABILITAÇÃO:



MUNICÍPIO DE COSTA RICA

16.3.6.1. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma do art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021.

15.3.6.2. DECLARAÇÃO de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

15.3.6.3. DECLARAÇÃO de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas no inciso IV do art. 63 da Lei nº 14.133, de 2021;

15.3.6.4. Em relação às microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, DECLARAÇÃO de que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo utilizar o modelo do ANEXO V do edital.

16.3.6.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

16.3.6.6. Constitui meio legal de prova, para fins de habilitação, a verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões.

16.3.6.7. No caso que a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

16.3.6.8. Qualquer licitante poderá, de **forma imediata**, após a declaração do vencedor do certame, manifestar sua intenção de recorrer sob pena de preclusão, em campo próprio do sistema, dessa forma será concedido na sessão pública o prazo de 10 minutos, indicando em sua manifestação contra qual(is) decisões pretende recorrer, julgamento das propostas e/ou ato de habilitação ou inabilitação de licitante.

17. DOS RECURSOS

17.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei n.º 14.133, de 2021.

17.2. O prazo para apresentação do recurso é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

17.3. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei n.º 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data da ata de julgamento.

17.4. Os recursos deverão ser encaminhados através do endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br devendo ainda serem encaminhadas **cópias para o e-mail: licitacao@costarica.ms.gov.br**.



MUNICÍPIO DE COSTA RICA

17.5. Fica assegurada vista imediata dos autos do pregão, aos interessados, no sítio eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, com a finalidade de subsidiar a preparação de recursos e de contrarrazões.

17.6. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

17.7 Recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

17.7.1. Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente poderá solicitar auxílio pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias. E caso a autoridade competente solicite, o prazo para proferir a decisão ficará suspenso.

17.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

18. DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

18.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação e exauridos os recursos administrativos, o pregoeiro deverá elaborar um breve relatório quanto aos fatos e procedimentos do certame, e encaminhar o processo à autoridade superior para que se proceda a adoção de uma das condutas constantes do art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021.

19. DA ENTREGA DO OBJETO

19.1. As condições e obrigações referente a entrega do objeto, devem seguir as disposições constantes do Termo de Referência.

20. DO PAGAMENTO

20.1. No que tange ao pagamento decorrente do fornecimento do objeto, a contratada deverá observar o disposto no item 10 do Termo de Referência (**dos critérios de medição e pagamento**).

21. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

21.1. Depois de homologado o resultado deste pregão, a licitante adjudicatária será convocada para assinar a Ata de Registro de Preço, cuja minuta constitui o Anexo III do presente instrumento, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data da comunicação formal, podendo ser prorrogado, em conformidade com o disposto no § 1º, do artigo 90, da Lei n.º 14.133, de 2021.

21.2. Se não ocorrer a convocação para a contratação e decorrer o prazo de validade da proposta indicado no edital, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

21.3. Será admitida a forma eletrônica na celebração da Ata de Registro de Preço, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).



MUNICÍPIO DE COSTA RICA

21.4. Na assinatura da Ata de Registro de Preço, será exigida para a licitante, a comprovação das condições de habilitação fiscal e trabalhista consignadas no edital de licitação, e se, por ocasião da formalização da respectiva Ata, as certidões de regularidade da Adjudicatária para com a Fazenda Federal, Estadual, Municipal, INSS, FGTS e Justiça do Trabalho estiverem vencidas, o órgão contratante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos comprobatórios da respectiva consulta, salvo impossibilidade devidamente justificada.

21.5. Se o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital, se recusar a assinar Ata de Registro de Preços, é facultado à Administração convocar o licitante que aceitou reduzir seu preço do vencedor, que trata o item 15.1 deste Edital, na ordem de classificação, para assinatura, nas mesmas condições propostas pelo vencedor.

21.5.1. Caso nenhum o licitante que reduziu o valor ao primeiro colocado, não aceite assinar a ARP, nos termos do 17.5, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário.

21.5.2. Se restar frustrada a negociação de melhor condição de preço, a Administração poderá adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória.

21.5.3. Na adoção dos procedimentos descritos nos itens 21.5 à 21.5.2, a Administração **não** poderá aceitar propostas/lances superiores ao valor estimado da contratação, observado o índice de atualização de preços correspondente.

21.6. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar a Ata de Registro de Preço no prazo estabelecido, caracterizará a conduta tipificada no inciso VI do art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e o sujeitará à penalidade prevista neste Edital.

22. DOS CONTRATOS DECORRENTES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

22.1. Depois de assinada a Ata de Registro de Preço, as contratações eventualmente formalizadas pelo órgão e/ou entidade participante, deverão observar as disposições constantes na ARP, bem como respeitar as condições e requisitos constantes no Termo de Referência.

23. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E DAS SANÇÕES

23.1. **Comete infração administrativa o fornecedor que infringir as disposições previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quais sejam:**

23.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

23.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

23.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

23.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

23.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

23.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando



MUNICÍPIO DE COSTA RICA

convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

23.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

23.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

23.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

23.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

23.1.10.1. considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

23.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos desta licitação;

23.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

23.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores, em processo de aplicação de penalidade, estará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 23.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 20% (vinte por cento), conforme regulamentação pertinente ao art.156, § 3º da Lei 14.133/2021, sobre o valor estimado dos itens prejudicados pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 23.1.1 a 23.1.12;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 23.1.2 a 23.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes municipais, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 23.1.8 a 23.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

23.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

23.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

23.5. A aplicação das sanções previstas neste Termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

23.6. Na aplicação da sanção prevista na alínea “b” do item 23.2 deste Edital, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

23.7. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do item 23.2 deste Edital será instaurado



MUNICÍPIO DE COSTA RICA

processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

23.8. Quando o quadro funcional não dispor de servidores estatutários, a comissão a que se refere o item anterior será composta de 2 (dois) ou mais empregados públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, preferencialmente com, no mínimo, 3 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade.

23.9. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

23.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se os demais procedimentos previstos na Lei nº 14.133/2021.

24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

24.2. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

24.3. Toda a documentação exigida para o certame deverá ser anexada no sistema eletrônico em formato legível.

24.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

24.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

24.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

24.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, deverão ser observadas as regras previstas no art. 183 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

24.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.



MUNICÍPIO DE COSTA RICA

24.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

24.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP e pelo endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br

25. DO FORO

25.1. Fica eleito, para dirimir as questões divergentes oriundas do presente Edital e seus anexos, que não forem resolvidas na esfera administrativa, o foro da comarca de Costa Rica, Estado de Mato Grosso do Sul, renunciando-se a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência;

ANEXO II – Modelo Proposta de Preços

ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preço;

ANEXO IV – Minuta do Contrato;

ANEXO V – Modelo Declaração - Enquadramento ME ou EPP;

ANEXO VI – Modelo de Declaração Unificada;

ANEXO VII – Modelo de Termo de Nomeação de Preposto

Costa Rica – MS, 10 de junho de 2024.

MUNICÍPIO DE COSTA RICA
Cleverson Alves dos Santos
Prefeito Municipal/Ordenador de Despesas

**MUNICÍPIO DE COSTA RICA***(apenas para conhecimento, a empresa não precisa preencher)***ANEXO I****TERMO DE REFERÊNCIA****PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 753/2024****SD Nº: 23/2024**

O presente instrumento foi formalizado com base nos levantamentos efetivados nos estudos técnicos preliminares, utilizando como parâmetro o relatório onde constam as justificativas para as presentes inserções e a materialização do planejamento.

Somado às presentes exigências, deverão ser observados pelos interessados em formalizar propostas, todas as exigências que estarão contidas no Edital.

DO OBJETO

1. Registro de preços visando contratação de empresa especializada para prestação de serviço de CONTROLE DE PRAGAS, VETORES, DESINSETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO, LIMPEZA DE CAIXA DE ÁGUA E HIGIENIZAÇÃO DE BEBEDOUROS COM TROCA DE FILTROS, com fornecimento de mão-de-obra, bem como o fornecimento dos filtros dos bebedouros a serem substituídos e todos os produtos necessários aos serviços acima citados, a serem realizados nas instalações pertencentes as Secretarias Municipais de Administração e Finanças, Planejamento, Receita e Controle, Secretaria de Saúde e unidades de Saúde básica, Secretaria de Turismo, Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento e Secretaria de Assistência Social e suas respectivas, Secretaria de Educação e Secretaria de Obras Públicas e ainda os logradouros públicos, através de prestação de serviços especializados, de acordo com as condições e especificações constantes deste documento.

1.1. Definição/Detalhamento do objeto, conforme especificações técnicas, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, abaixo discriminadas:

1.2.

Item	Descrição do produto/serviço	Un. De Medida	Qtde	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado
1	Higienização e troca de Filtro do bebedouro DE AÇO INOX, - FILTRO WP 200F (Filtro incluso).	Unidade de serviço	79	R\$ 196,29	R\$ 15.506,91
2	Higienização e troca de Filtro do bebedouro Filtro marca Refil Colormaq (Filtro incluso)	Unidade de serviço	33	R\$ 197,10	R\$ 6.504,30
3	Higienização e troca de Filtro do bebedouro Filtro marca Refil Loren 9" (Filtro incluso)	Unidade de serviço	68	R\$ 196,09	R\$ 13.334,12
4	Higienização e troca de Filtro do bebedouro Filtro marca Refil Master (Filtro incluso)	Unidade de serviço	31	R\$ 223,37	R\$ 6.924,47
5	Higienização e troca de Filtro do bebedouro Filtro marca Refil Soft (Filtro incluso)	Unidade de serviço	73	R\$ 211,10	R\$ 15.410,30
6	Higienização e troca de Filtro do bebedouro Filtro marca Refil Water Plus (Filtro incluso)	Unidade de serviço	10	R\$ 206,76	R\$ 2.067,60
7	Higienização e troca de Filtro do bebedouro IBBL, MODELO BDF 300 – FILTRO IBBL (Filtro incluso)	Unidade de serviço	27	R\$ 188,84	R\$ 5.098,68



Proc. 458/2024

Fls. _____

MUNICÍPIO DE COSTA RICA

8	Higienização e troca de Filtro do bebedouro PURIFICADOR IBBL FR 600 – REFIL IBBL (Filtro incluso)	Unidade de serviço	19	R\$ 175,46	R\$ 3.333,74
9	Higienização e troca de Filtro do bebedouro PURIFICADOR SOFT PLUS – REFIL SOFT (Filtro incluso)	Unidade de serviço	25	R\$ 157,49	R\$ 3.937,25
10	Higienização e troca de Filtro do bebedouro PURIFICADOR SOFT STAR EVEREST – REFIL SOFT (Filtro incluso)	Unidade de serviço	28	R\$ 161,94	R\$ 4.534,32
11	Higienização e troca de Filtro do bebedouro purificador de água: NBR5626 (Filtro incluso)	Unidade de serviço	12	R\$ 240,24	R\$ 2.882,88
12	Higienização e troca de Filtro do bebedouro Purificador soft star NBR16098:2012 (Filtro incluso)	Unidade de serviço	13	R\$ 230,46	R\$ 2.995,98
13	Limpeza de Caixa de Água de 500 Litros	Unidade de serviço	39	R\$ 127,87	R\$ 4.986,93
14	Limpeza de caixa de Água de 1.000 litros	Unidade de serviço	151	R\$ 166,47	R\$ 25.136,97
15	Limpeza de caixa de Água de 7.000 litros	Unidade de serviço	10	R\$ 462,87	R\$ 4.628,70
16	Limpeza de Caixa de Água de 10.000 Litros	Unidade de serviço	27	R\$ 482,00	R\$ 13.014,00
17	Limpeza de Caixa de Água de 15.000 Litros	Unidade de serviço	23	R\$ 557,50	R\$ 12.822,50
18	Limpeza de Caixa de Água de 20.000 Litros	Unidade de serviço	28	R\$ 752,00	R\$ 21.056,00
19	Limpeza de Caixa de Água de 25.000 Litros	Unidade de serviço	6	R\$ 927,27	R\$ 5.563,62
20	Limpeza de Caixa de Água de 30.000 Litros	Unidade de serviço	11	R\$ 957,25	R\$ 10.529,75
21	Limpeza de Caixa de Água de 35.000 Litros	Unidade de serviço	5	R\$ 979,50	R\$ 4.897,50
22	Serviços dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização no prédio do Paço Municipal Térreo, 1º e 2º Andares, partes dos fundos, Secretaria Municipal de Políticas Públicas para Mulheres , nas áreas internas e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser inócuo a saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 1.690,06 m².	Unidade de serviço	8	R\$ 898,00	R\$ 7.184,00
23	Serviços dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização no prédio do Gabinete compartilhado , nas áreas internas e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser inócuo a saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 100,00 m².	Unidade de serviço	4	R\$ 214,46	R\$ 857,84

**MUNICÍPIO DE COSTA RICA**

24	Serviços dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização no prédio do Eco ponto , nas áreas internas e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser inócuo a saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 1.259,85 m².	Unidade de serviço	4	R\$ 1.427,05	R\$ 5.708,20
25	Serviços dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização no prédio do Galpão Leilão , nas áreas internas e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser inócuo a saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 1.200,00 m².	Unidade de serviço	4	R\$ 1.446,20	R\$ 5.784,80
26	Serviços dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização no prédio do Núcleo de Perícia , nas áreas internas e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser inócuo a saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 200,00 m².	Unidade de serviço	4	R\$ 274,62	R\$ 1.098,48
27	Serviços dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização no prédio do Posto de Identificação , nas áreas internas e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser inócuo a saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 100,00 m².	Unidade de serviço	4	R\$ 155,99	R\$ 623,96
28	Serviços dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização no prédio da Terminal Rodoviário Domingos Augusto Coelho , nas áreas internas e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser inócuo a saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 1.247,61 m².	Unidade de serviço	4	R\$ 1.492,21	R\$ 5.968,84
29	Serviços dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização no prédio do Aeroporto Municipal José Antônio de Moraes , nas áreas internas e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser inócuo a saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 141,87 m².	Unidade de serviço	4	R\$ 276,65	R\$ 1.106,60
30	Serviços dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização no prédio do Procon Municipal , na área interna e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser inócuo a saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 139,00 m².	Unidade de serviço	4	R\$ 191,84	R\$ 767,36
31	Serviços dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização no prédio da Secretaria	Unidade de serviço	4	R\$ 373,40	R\$ 1.493,60

**MUNICÍPIO DE COSTA RICA**

	Assistência Social , na área interna e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser inócuo a saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 276,83 m².				
32	Serviços dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização no prédio da Veladoria Municipal , na área interna e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser inócuo a saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 233,63 m².	Unidade de serviço	4	R\$ 332,47	R\$ 1.329,88
33	Serviços dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização no Cemitério e Necrotério Municipal , na área interna e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser inócuo a saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 91,87 m².	Unidade de serviço	4	R\$ 727,50	R\$ 2.910,00
34	Serviços dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização no Conselho Tutelar , na área interna e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser inócuo a saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 85,65 m².	Unidade de serviço	4	R\$ 148,58	R\$ 594,32
35	Serviços dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização na CRAS - Centro De Referência de Assistência Social , na área interna e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser inócuo a saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 1.494,16 m².	Unidade de serviço	4	R\$ 1.664,13	R\$ 6.656,52
36	Serviços dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização na Casa Lar Sta. Terezinha , na área interna e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser inócuo a saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 221,53 m².	Unidade de serviço	4	R\$ 306,73	R\$ 1.226,92
37	Serviços dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização no Conviver - Centro De Convivência Do Idoso , na área interna e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser inócuo a saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 1.622,90 m².	Unidade de serviço	4	R\$ 2.149,99	R\$ 8.599,96
38	Serviços dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização na Oficina do Rica Trama , na área interna e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida)	Unidade de serviço	4	R\$ 494,85	R\$ 1.979,40

**MUNICÍPIO DE COSTA RICA**

	devendo ser inócuo a saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 366,43 m².				
39	Serviços dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização na Oficina das Oportunidades , no Parque Industrial II, na área interna e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser inócuo a saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 260,00 m².	Unidade de serviço	4	R\$ 376,00	R\$ 1.504,00
40	Serviços dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização no prédio da Secretaria de Turismo, Meio Ambiente, Cultura e Esportes , na área interna e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser inócuo a saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 337,36 m².	Unidade de serviço	3	R\$ 430,45	R\$ 1.291,35
41	Serviços dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização no Prédio do Ginásio de Esportes Luiz Carlos Yamashita de Souza , no Bairro São Francisco, na área interna e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser inócuo a saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 2.092,62 m².	Unidade de serviço	3	R\$ 2.427,51	R\$ 7.282,53
42	Serviços dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização no Centro de Treinamento Júlio Maia , na área interna e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser inócuo a saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 372,43 m².	Unidade de serviço	4	R\$ 485,84	R\$ 1.943,36
43	Serviços dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização no Centro de Eventos Ramez Tebet , no bairro Ramez Tebet, na área interna e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser inócuo a saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 2.927,03 m².	Unidade de serviço	4	R\$ 3.734,90	R\$ 14.939,60
44	Serviços dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização no Parque Municipal Salto do Sucuriú e Auditório , na área interna e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser inócuo a saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 1.232,04 m².	Unidade de serviço	4	R\$ 1.522,20	R\$ 6.088,80

**MUNICÍPIO DE COSTA RICA**

45	Serviços dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização no Estádio Laertão , na área interna e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser inócuo a saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 2.000,38 m².	Unidade de serviço	4	R\$ 2.202,80	R\$ 8.811,20
46	Serviços dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização no Museu Interativo , próximo ao Centro de Eventos Ramez Tebet, na área interna e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser inócuo a saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 436,50 m².	Unidade de serviço	2	R\$ 618,93	R\$ 1.237,86
47	Serviços dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização no prédio da Secretaria de Obras , na área interna e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser inócuo a saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 1.028,10 m².	Unidade de serviço	4	R\$ 1.208,71	R\$ 4.834,84
48	Serviços dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização no prédio da Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento e Agraer , na área interna e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser inócuo a saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 128,00 m².	Unidade de serviço	4	R\$ 214,66	R\$ 858,64
49	Serviços dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização no prédio da CIAT – Casa do Trabalhador e Subsecretaria de Desenvolvimento , na área interna e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser inócuo a saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 343,02 m².	Unidade de serviço	4	R\$ 507,25	R\$ 2.029,00
50	Serviços dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização no prédio da Horta municipal/viveiro de mudas , na área interna e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser inócuo a saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 163,62 m².	Unidade de serviço	4	R\$ 273,71	R\$ 1.094,84
51	Serviços dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização no prédio da Feira do Produtor , na área interna e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser inócuo a saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 1.810,00 m².	Unidade de serviço	4	R\$ 1.932,25	R\$ 7.729,00

**MUNICÍPIO DE COSTA RICA**

52	Serviços dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização no prédio da Secretaria de Saúde , na área interna e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser inócuo a saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 276,83 m².	Unidade de serviço	4	R\$ 502,45	R\$ 2.009,80
53	Serviços dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização no prédio do Posto de Saúde Central , na área interna e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser inócuo a saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 412,31 m².	Unidade de serviço	4	R\$ 621,51	R\$ 2.486,04
54	Serviços dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização no prédio do CEM Centro e Especialidades Médicas , na área interna e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser inócuo a saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 769,66 m².	Unidade de serviço	4	R\$ 761,25	R\$ 3.045,00
55	Serviços dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização no prédio Posto de Saúde da Vila Nunes , na área interna e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser inócuo a saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 314,56 m².	Unidade de serviço	5	R\$ 491,64	R\$ 2.458,20
56	Serviços dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização no prédio Posto de Saúde do Vale do Amanhecer , na área interna e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser inócuo a saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 367,97 m².	Unidade de serviço	4	R\$ 516,20	R\$ 2.064,80
57	Serviços dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização no prédio Posto de Saúde do Bairro Sonho Meu III , na área interna e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser inócuo a saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 342,24 m².	Unidade de serviço	5	R\$ 502,05	R\$ 2.510,25
58	Serviços dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização no prédio Posto de Saúde do Bairro São Francisco , na área interna e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser inócuo a saúde	Unidade de serviço	5	R\$ 329,15	R\$ 1.645,75

**MUNICÍPIO DE COSTA RICA**

	humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 170,45 m².				
59	Serviços dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização no prédio Posto de Saúde da Lage , localizado na rua Dois, Quadra H, do Loteamento Alves de Lima (Lage), na área interna e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser inócuo a saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 78,55 m².	Unidade de serviço	5	R\$ 132,72	R\$ 663,60
60	Serviços dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização no prédio do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS , na área interna e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser inócuo a saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 535,21 m².	Unidade de serviço	5	R\$ 692,05	R\$ 3.460,25
61	Serviços dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização no prédio da Vigilância Sanitária e Vetores no Bairro Centro, na área interna e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser inócuo a saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 261,52 m².	Unidade de serviço	5	R\$ 384,45	R\$ 1.922,25
62	Serviços dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização no prédio do Centro de Reabilitação Juliano da Silva Carvalho , na área interna e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser inócuo a saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 163,63 m².	Unidade de serviço	5	R\$ 297,87	R\$ 1.489,35
63	Serviços dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização no prédio da Secretaria de Educação , na área interna e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser inócuo a saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 1.443,40 m².	Unidade de serviço	4	R\$ 1.922,25	R\$ 7.689,00
64	Serviços dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização na Biblioteca Carlos Drummond de Andrade , na área interna e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser inócuo a saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 189,47 m².	Unidade de serviço	7	R\$ 285,50	R\$ 1.998,50
65	Serviços dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização na Biblioteca do Sesi , no bairro Vale do Amanhecer, na área interna e arredores com produtos	Unidade de serviço	6	R\$ 147,41	R\$ 884,46

**MUNICÍPIO DE COSTA RICA**

	de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser inócuo a saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 89,91 m².				
66	Serviços dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização no prédio da Escola Vale do Amanhecer , no bairro Vale do Amanhecer, na área interna e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser inócuo a saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 2.913,56 m².	Unidade de serviço	4	R\$ 3.137,12	R\$ 12.548,48
67	Serviços dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização no prédio da Escola Joaquim Faustino Rosa , no Residencial Figueira, na área interna e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser inócuo a saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 4.074,04 m².	Unidade de serviço	4	R\$ 5.188,81	R\$ 20.755,24
68	Serviços dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização no prédio da Escola Francisco Martins Carrijo , no bairro São Francisco, na área interna e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser inócuo a saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 3.329,77 m².	Unidade de serviço	4	R\$ 4.017,47	R\$ 16.069,88
69	Serviços dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização no prédio da Escola Adenocre Alexandre de Moraes no Bairro Centro, na área interna e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser inócuo a saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 3.885,26 m².	Unidade de serviço	4	R\$ 4.131,25	R\$ 16.525,00
70	Serviços dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização no prédio da Escola Fábio Rodrigues Barbosa , no Jardim Imbirussu, na área interna e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser inócuo a saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 4.364,79 m².	Unidade de serviço	4	R\$ 5.342,56	R\$ 21.370,24
71	Serviços dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização no prédio da Escola Municipal Belonizã Paulino de Oliveira na Zona Rural do Currálinho, na área interna e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser inócuo a saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 323,20 m².	Unidade de serviço	4	R\$ 568,25	R\$ 2.273,00
72	Serviços dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização no prédio da Escola Municipal	Unidade de serviço	4	R\$ 1.863,85	R\$ 7.455,40

**MUNICÍPIO DE COSTA RICA**

	Cotriz de Baus Polo na Zona Rural do Baus, na área interna e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser inócuo a saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 1.435,41 m².				
73	Serviços dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização no prédio do CEI Sonho de Ninar no Bairro Vale do Amanhecer, na área interna e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser inócuo a saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 840,15 m².	Unidade de serviço	4	R\$ 1.007,50	R\$ 4.030,00
74	Serviços dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização no prédio do CEI Sonho Meu no Bairro Jardim São Francisco , na área interna e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser inócuo a saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área de 969,82 m².	Unidade de serviço	4	R\$ 1.275,05	R\$ 5.100,20
75	Serviços dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização no prédio do CEI Davina Correia de Oliveira , no Bairro Vila Nunes, na área interna e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser inócuo a saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 590,39 m².	Unidade de serviço	4	R\$ 878,65	R\$ 3.514,60
76	Serviços dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização no prédio do CEI Ambrosina Paes Coelho , no Bairro Centro, na área interna e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser inócuo a saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 1.268,78 m².	Unidade de serviço	4	R\$ 1.535,45	R\$ 6.141,80
77	Serviços dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização no prédio do CEI Sonho da Vovó , no Jardim Imbirussu, na área interna e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser inócuo a saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 1.490,23 m².	Unidade de serviço	4	R\$ 2.094,75	R\$ 8.379,00
78	Serviços dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização no prédio do CEI Ilidia Lacerda de Almeida , no Centro, na área interna e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser inócuo a saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 1.304,85 m².	Unidade de serviço	4	R\$ 1.629,05	R\$ 6.516,20

**MUNICÍPIO DE COSTA RICA**

79	Serviços dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização no prédio da Oficina de Transporte Escolar Sebastião Cruciol , na área interna e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser inócuo a saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 1.525,09 m².	Unidade de serviço	4	R\$ 1.732,50	R\$ 6.930,00
80	Serviço dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização no prédio do Demutran , na área interna e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser inócuo a saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 127,91 m².	Unidade de serviço	4	R\$ 221,24	R\$ 884,96
81	Serviço dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização no prédio do Creas , na área interna e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser inócuo a saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 216,30 m².	Unidade de serviço	4	R\$ 836,06	R\$ 3.344,24
82	Serviço dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização no prédio do Aterro Sanitário , na área interna e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser inócuo a saúde humana e aprovado pelo órgão de controles sanitário, área aproximada de 900,00 m².	Unidade de Serviço	3	R\$ 1.437,56	R\$ 4.312,68

1.3 A contratação será processada pelo **Sistema de Registro de Preços**, conforme autoriza o art.84 da Lei de Licitação 14.133 de 01 de abril de 2021, e objetiva atender as demandas dos seguintes órgãos e/ou entidades participantes:

Item nº	Órgãos/Entidades Participantes	Unidade de medida	Quantidade total
1	<i>Secretaria de Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Turismo, Meio Ambiente, Esporte e Cultura, Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento, Secretaria Municipal de Educação.</i>	Unidade de serviço	79
2	<i>Secretaria de Administração, Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Turismo, Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento, Secretaria Municipal de Educação.</i>	Unidade de serviço	33
3	<i>Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Turismo, Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento, Secretaria Municipal de Educação.</i>	Unidade de serviço	68
4	<i>Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Turismo, Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento, Secretaria de Obras, Secretaria de</i>	Unidade de serviço	31

**MUNICÍPIO DE COSTA RICA**

	<i>Educação.</i>		
5	<i>Secretaria Saúde, Secretaria Assistência Social, Secretaria de Turismo, Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento, Secretaria de Educação.</i>	Unidade de serviço	73
6	<i>Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Turismo</i>	Unidade de serviço	10
7	<i>Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Turismo, Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento</i>	Unidade de serviço	27
8	<i>Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Turismo, Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento</i>	Unidade de serviço	19
9	<i>Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento, Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistencial Social, Secretaria de Turismo, Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento, Secretaria das Mulheres.</i>	Unidade de serviço	25
10	<i>Secretaria de Administração, Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Turismo, Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento</i>	Unidade de serviço	28
11	<i>Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Turismo, Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento</i>	Unidade de serviço	12
12	<i>Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Turismo, Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento</i>	Unidade de serviço	13
13	<i>Secretaria de Administração, Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Turismo, Secretaria de Agricultura, Secretaria de Educação.</i>	Unidade de serviço	39
14	<i>Secretaria de Administração, Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Turismo, Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento, Secretaria de obras, Secretaria das Mulheres, Secretaria de Educação.</i>	Unidade de serviço	151
15	<i>Secretaria de Saúde, Secretaria de Turismo, Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento</i>	Unidade de serviço	10
16	<i>Secretaria de Administração, Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Turismo, Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento, Secretaria de Educação.</i>	Unidade de serviço	27
17	<i>Secretaria de Administração, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Turismo, Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento, Secretaria de Educação.</i>	Unidade de serviço	23
18	<i>Secretaria de Administração, Secretaria de Turismo, Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento, Secretaria de Educação.</i>	Unidade de serviço	28

**MUNICÍPIO DE COSTA RICA**

19	<i>Secretaria de Turismo, Secretaria de Educação.</i>	Unidade de serviço	6
20	<i>Secretaria de Turismo, Secretaria de Educação</i>	Unidade de serviço	11
21	<i>Secretaria de Educação</i>	Unidade de serviço	5
22	<i>Secretaria de Administração, Secretaria das Mulheres</i>	Unidade de serviço	8
23	<i>Secretaria de Administração</i>	Unidade de serviço	4
24	<i>Secretaria de Administração</i>	Unidade de serviço	4
25	<i>Secretaria de Administração</i>	Unidade de serviço	4
26	<i>Secretaria de Administração</i>	Unidade de serviço	4
27	<i>Secretaria de Administração</i>	Unidade de serviço	4
28	<i>Secretaria de Administração</i>	Unidade de serviço	4
29	<i>Secretaria de Administração</i>	Unidade de serviço	4
30	<i>Secretaria de Administração</i>	Unidade de serviço	4
31	<i>Secretaria de Assistência Social</i>	Unidade de serviço	4
32	<i>Secretaria de Assistência Social</i>	Unidade de serviço	4
33	<i>Secretaria de Assistência Social</i>	Unidade de serviço	4
34	<i>Secretaria de Assistência Social</i>	Unidade de serviço	4
35	<i>Secretaria de Assistência Social</i>	Unidade de serviço	4
36	<i>Secretaria de Assistência Social</i>	Unidade de serviço	4
37	<i>Secretaria de Assistência Social</i>	Unidade de serviço	4
38	<i>Secretaria de Assistência Social</i>	Unidade de serviço	4
39	<i>Secretaria de Assistência Social</i>	Unidade de serviço	4
40	<i>Secretaria de Turismo</i>	Unidade de serviço	3
41	<i>Secretaria de Turismo</i>	Unidade de serviço	3
42	<i>Secretaria de Turismo</i>	Unidade de serviço	4
43	<i>Secretaria de Turismo</i>	Unidade de serviço	4
44	<i>Secretaria de Turismo</i>	Unidade de serviço	4
45	<i>Secretaria de Turismo</i>	Unidade de serviço	4
46	<i>Secretaria de Turismo</i>	Unidade de serviço	2
47	<i>Secretaria de Obras</i>	Unidade de serviço	4
48	<i>Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento</i>	Unidade de serviço	4
49	<i>Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento</i>	Unidade de serviço	4
50	<i>Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento</i>	Unidade de serviço	4
51	<i>Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento</i>	Unidade de serviço	4
52	<i>Secretaria de Saúde</i>	Unidade de serviço	4
53	<i>Secretaria de Saúde</i>	Unidade de serviço	4
54	<i>Secretaria de Saúde</i>	Unidade de serviço	4
55	<i>Secretaria de Saúde</i>	Unidade de serviço	5
56	<i>Secretaria de Saúde</i>	Unidade de serviço	4
57	<i>Secretaria de Saúde</i>	Unidade de serviço	5
58	<i>Secretaria de Saúde</i>	Unidade de serviço	5
59	<i>Secretaria de Saúde</i>	Unidade de serviço	5
60	<i>Secretaria de Saúde</i>	Unidade de serviço	5
61	<i>Secretaria de Saúde</i>	Unidade de serviço	5

**MUNICÍPIO DE COSTA RICA**

62	Secretaria de Saúde	Unidade de serviço	5
63	Secretaria de Educação	Unidade de serviço	4
64	Secretaria de Educação	Unidade de serviço	7
65	Secretaria de Educação	Unidade de serviço	6
66	Secretaria de Educação	Unidade de serviço	4
67	Secretaria de Educação	Unidade de serviço	4
68	Secretaria de Educação	Unidade de serviço	4
69	Secretaria de Educação	Unidade de serviço	4
70	Secretaria de Educação	Unidade de serviço	4
71	Secretaria de Educação	Unidade de serviço	4
72	Secretaria de Educação	Unidade de serviço	4
73	Secretaria de Educação	Unidade de serviço	4
74	Secretaria de Educação	Unidade de serviço	4
75	Secretaria de Educação	Unidade de serviço	4
76	Secretaria de Educação	Unidade de serviço	4
77	Secretaria de Educação	Unidade de serviço	4
78	Secretaria de Educação	Unidade de serviço	4
79	Secretaria de Educação	Unidade de serviço	4
80	Secretaria de Administração	Unidade de serviço	4
81	Secretaria de Assistência Social	Unidade de serviço	4
82	Secretaria de Turismo	Unidade de Serviço	3

1.3.1. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará os órgãos e/ou entidades participantes a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

1.4. O registro a que se refere o subitem 1.2 é composto pela unidade de contratação (*unidade de medida*), sem a indicação do total a ser eventualmente adquirido, conforme autoriza o inciso (...) do §3º do art. 82 da Lei 14.133, de 2021.

1.4.1. Nas eventuais contratações decorrentes da ata de registro de preço, o quantitativo a ser adquirido ficará limitado ao valor máximo da despesa fixado na pesquisa de preço de que trata o item 09 deste Termo de Referência.

1.5. Não será permitido ao licitante:

- Oferecer proposta em quantitativo inferior ao previsto no subitem 1.2 deste Termo de Referência (proposta parcial);
- Preços diferentes para o mesmo item a ser licitado.

1.6. O objeto desta contratação é caracterizado como bem comum nos termos do inciso XIII do art.6º da Lei 14.133, de 2021, conforme informado na SD originária, e atende as disposições do Decreto Municipal nº4971 de 22 de novembro de 2023, não se caracterizando como bem de luxo.

1.6. Utilização do catálogo de padronização:

1.6.1. O órgão adotará catálogo próprio e os produtos não estão padronizados até a presente data, sendo utilizada a especificação técnica contida no sistema interno enquanto o catálogo de padronização está sendo construído gradativamente.

Do prazo de vigência da Ata de Registro de Preço e dos Contratos dela decorrentes:



MUNICÍPIO DE COSTA RICA

1.7. O prazo de vigência da ata de registro de preços a ser formalizada será de 1 (um) ano, contados da data da publicação de seu extrato no Diário Oficial do Município, e poderá ser prorrogado, por igual período, observado as regras previstas na Ata de Registro de Preço.

1.7.1. No prazo de validade da ata de registro de preço, o órgão ou entidade indicado no subitem 1.3, não poderá participar em outra ata que tenha o mesmo objeto desta, conforme preceitua o inciso VIII do art. 82 da Lei 14.133, de 2021.

1.8. O prazo de duração dos contratos, decorrentes da ARP, não se confunde com o prazo de vigência da própria ata (previsto no subitem 1.7), estando aquele primeiro submetido ao disposto no Capítulo V do Título III da Lei 14.133, de 2021.

2. DA JUSTIFICATIVA/NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente licitação tem por objetivo a contratação dos serviços de limpeza de caixas de água, bem como, os serviços de controle de pragas, vetores, desinsetização e desratização, e os serviços de substituição de filtros e limpeza nos bebedouros, tendo em vista que se trata de serviços essenciais para propiciar um ambiente agradável e higiênico nos locais citados neste termo. Tal contratação visa atender à necessidade de limpeza nos locais de armazenamento de água e serviços de controle de vetores nos espaços físicos pertencentes a Administração Pública do Município.

A contratação do objeto em questão tem por justificativa a necessidade de dedetização das dependências, bem como as limpezas nas caixas de água, como também a limpeza e troca de filtros dos bebedouros públicos deste município de responsabilidade da Administração Pública, proporcionando um ambiente limpo, cuidando assim da saúde dos funcionários e dos usuários destes órgãos, uma vez que, tem-se registrado indícios de insetos e roedores em alguns setores públicos.

É sabido que as pragas que infestam os prédios administrativos são diversas, dentre elas podemos citar: baratas, escorpiões, cupins, ratos, formigas, pulgas e afins. O principal problema da presença desses animais é que são agentes disseminadores mecânicos e/ou biológicos de doenças infecto contagiosas causadas por protozoários, vírus, bactérias e outros microrganismos, além de prejudicarem as condições dos ambientes de trabalho. Assim, esses serviços são de grande importância, sendo necessárias a dedetização, limpezas das caixas de água e higienização dos bebedouros, incluindo as trocas de filtros, das dependências da Administração Municipal, promovendo assim um ambiente limpo e sem perigo de afetar a saúde dos servidores públicos e da população em geral que transitam por esses departamentos.

Considerando ainda que as limpezas nas caixas de água e os cuidados com o fechamento correto das mesmas é uma medida essencial para prevenir problemas de saúde pública, pois esses locais prestam serviços as pessoas que são público alvo dessa administração. A limpeza e as trocas de **filtros dos bebedouros** irão ajudar, não só, a manter a qualidade da água que está sendo servida, como também aumentar o tempo de vida útil desse equipamento, gerando assim, além da qualidade da água a durabilidade dos bebedouros, gerando economia para o setor público. Lembrando ainda que **o filtro** é responsável por remover as partículas de barro, ferrugem e areia, por exemplo, que podem contaminar a água.

Com o provimento da solução, a área requisitante visa atender à necessidade de garantir a continuidade dos serviços prestados pela administração municipal, levando em consideração o bem-



MUNICÍPIO DE COSTA RICA

estar dos servidores públicos, alunos das escolas e Centros de Educação Infantis e frequentadores dos locais acima citados, no que tange aos cuidados e prevenção na contenção da proliferação de insetos e roedores, nos cuidados com a água que abastece estes ambientes tanto com a limpeza e troca de filtros dos bebedouros, quanto as limpezas adequadas das caixas de água das Secretarias Municipais e das suas Unidades.

Necessário ressaltar que o Município de Costa Rica não dispõe de recursos materiais e humanos em seu quadro efetivo e mesmo detentores de conhecimento especializado para realizar as atividades que se busca terceirizar. Por tanto, objeto da contratação, não se encontram relacionadas com aquelas descritas no plano de cargos e carreira dos servidores desta municipalidade.

Sugerimos a realização de licitação, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sistema de registro de preços, observando ainda que sendo possível surgirem necessidades de pedidos posteriores. Considerando a grande demanda de utilização dos materiais e ao mesmo tempo a necessidade de controle e racionalização do gasto público haja vista que a contratação agora solicitada enquadra-se no artigo Art. 29. Da lei 14.133/21 o pregão segue o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 desta Lei, adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado. Visto a dificuldade de se definir o quantitativo ideal a ser adquirido, levando ainda em consideração que as Secretarias Municipais não estão obrigadas a adquirir o total dos quantitativos dispostos neste Estudo, devendo adquirir os produtos de acordo com as suas necessidades, optou-se pela utilização da modalidade de Registro de Preços justificando-se pelo fato da mesma possuir uma vigência de 12 (doze), podendo ainda ser prorrogada por igual período quando comprovada o preço vantajoso para a Administração Pública nos termos da lei 14.133/21 que em seu Art. 83 diz:

A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

Sendo a aquisição processada através de Sistema de Registro de preço – SRP, que nada mais é do que o “conjunto procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras”, conforme preceitua a lei 14.133 de 01 de abril de 2021.

A escolha do Sistema de Registro de Preços tem por objetivo a futura e eventual aquisição de ferramentas e peças de roçadeiras, soprador, motosserra e podador de galhos em geral para atender as necessidades das unidades demandantes. Conforme a lei 14.133/21 em seu inciso XLVI:

Ata de registro de preços: documento vinculativo e obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, no qual são registrados o objeto, os preços, os fornecedores, os órgãos participantes e as condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no edital da licitação, no aviso ou instrumento de contratação direta e nas propostas apresentadas;



MUNICÍPIO DE COSTA RICA

Os produtos a serem licitados através de Pregão Eletrônico, possuem características que permitem enquadrá-los no conceito de “comum”, uma vez que seus padrões de desempenho, produtividade e qualidade podem ser objetivamente definidos em Edital, por meio de especificações usuais de mercado.

Desta maneira, a solução desta contratação visa alcançar os resultados pretendidos e atender as necessidades das Secretarias Municipais mencionadas e suas unidades administrativas, mantendo os aspectos de economicidade, eficácia e eficiência, por meio da seleção da proposta mais vantajosa para fornecimento dos materiais elencados de qualidade e a preço compatível com a média de mercado.

Para a coleta de preços foi realizado levantamento de mercado com empresas do ramo, pesquisas em sites eletrônicos e banco de preços que puderam atender as especificações do objeto da contratação pretendida neste estudo, visando adquirir produtos de qualidade com o melhor preço que atenderá as necessidades da Administração Municipal.

3 – DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO –

Considerando que os serviços realizados pela administração publicam precisam cumprir o que determina a legislação vigente e que a Administração Municipal tem deveres e responsabilidades a cumprir com a população na prestação de serviços, com vistas no desenvolvimento e geração de renda, que retornará em forma de infraestrutura investida na cidade para melhorar a quantidade de vida da população. Em face disso, os serviços elencados no presente termo são imprescindíveis para reparos, e novas demandas dos mesmos atendendo aos usuários em face da manutenção e conservação dos prédios públicos pertencentes a Secretaria de Administração e seus departamentos, logradouros públicos, visando assim o melhor atendimento.

A empresa deverá apresentar aptidão para a prestação do serviço através de atestado técnico de capacidade de no mínimo de 4% de realização do serviço do processo em nome da empresa proponente, para comprovação técnica operacional, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprove ter aptidão para desempenho de atividade pertinente ao objeto licitado.

Ainda a contratada deverá realizar os serviços citados neste estudo técnico com o conhecimento específico e com profissionais especializados para lidar com a situação, de produtos e equipamentos, bem como serviço de limpeza de caixa de água que a contratada deverá dispor de equipamento adequado para limpezas das caixas de água, levando em consideração que as mesmas se encontram em locais altos e com difícil acesso, o que necessitara de escadas adequadas para ter acesso a elas, dispor de funcionário com curso da NR 33 e 35 para trabalho em locais altos e confinados.

No que tange a troca de filtros dos bebedouros a empresa contratada deverá disponibilizar todos os materiais necessários a realização dos serviços, bem como disponibilizar os filtros, aonde a mesma ainda deverá entregar cópia da nota fiscal da compra do filtro e o filtro substituído/trocado, entregando ao responsável da secretaria solicitante.

A prestação dos serviços ainda deverá ser atendida as normativas correlatos ao serviço pretendido, destacando a Resolução ANVISA 52/2009 referente a prestação de serviços de controle de pragas urbanas. Os serviços deverão ser prestados por empresas especializadas, com o devido alvará e estar com licenciamento vigente de funcionamento pelas autoridades sanitárias do Município.



MUNICÍPIO DE COSTA RICA

A contratação deverá estar de acordo com os critérios e práticas de sustentabilidade em relação aos materiais e produtos a serem empregados, bem como a previsão da adequada execução a fim de atender as demandas sem infringir a legislação ambiental aplicável.

A contratação deverá racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes, informando, se for o caso, o tratamento adotado para o recolhimento dos resíduos; deverá substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade; os materiais empregados pela empresa contratada deverão atender a melhor relação entre custos – benefícios, considerando se os impactos ambientais, positivos e negativos, associados ao produto.

Ficará a cargo da contratada todos os meios para a realização dos serviços elencados nesse estudo técnico preliminar, tais como fornecimento de mão de obra, materiais de consumo, insumos, equipamentos e maquinários necessários e adequados para execução dos serviços. A contratação ainda deverá contar com responsável técnico devidamente habilitado para exercícios das funções relativas às atividades pertinentes ao controle de vetores e pragas urbanas devidamente registrado e habilitado pelo respectivo conselho profissional. A empresa prestadora do serviço de CONTROLE DE PRAGAS, VETORES, DESINSETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO, deverá emitir laudo técnico da realização do serviço com prazo de validade de 6 (seis) meses.

Na higienização dos bebedouros com troca de filtros a empresa deverá fornecer selo contendo os dados relacionados à limpeza com Certificado de Limpeza para bebedouro no qual tenha sido realizada a limpeza e a desinfecção, com validade de 06 meses, contendo ainda data, validade e assinatura do responsável técnico.

A prestação dos serviços acima citados não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Administração CONTRATANTE, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.

3.1. DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRA

3.2. Não se aplica.

3.3. Da indicação de marcas ou modelos específicos ou como referência.

3.4. Não se aplica.

3.5. Da sustentabilidade.

3.5.1. A contratada deverá adotar as seguintes práticas na execução do contrato:

3.5.1 Necessidade de minimizar o impacto ambiental das práticas tradicionais de controle de pragas.

3.5.2 Fazer limpeza do reservatório de água com um intervalo de pelo menos seis meses. Além disso, a caixa de água precisa ser mantida sempre bem tampada, para evitar a entrada de insetos e animais. Dessa forma, fica mais fácil garantir a eliminação de bactérias e material orgânico que podem se acumular no local.

3.5.3 Na higienização dos bebedouros e troca de filtros ao higienizar o equipamento utilize sabão neutro e esponjas macias para limpar manchas e resíduos, além de um pano seco macio para as laterais e cantos. Esses acessórios não irão agredir seu bebedouro e te auxiliarão na preservação do equipamento.

3.6 Do consórcio



MUNICÍPIO DE COSTA RICA

3.6.1. Não será permitida a participação de empresas em regime de consórcio, pelas razões constantes em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar.

3.7. Da subcontratação

3.7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

3.8. Da exigência de garantia da contratação:

3.8.1. Conforme justificado no ETP não haverá necessidade de título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

3.9.1. Conforme justificado no ETP, em caso de fornecedor revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, que deverá ser apresentada no momento da assinatura do instrumento.

3.10. Demais requisitos,

3.11. A empresa vencedora do processo licitatório deverá estar ciente que a Administração Municipal de Costa Rica MS, preza pela qualidade dos serviços pretendidos nessa contratação, dessa forma a empresa deverá ofertar e realizar todos os serviços solicitados, considerando que a qualidade dos serviços interfere diretamente no resultado pretendido, desta forma intenciona-se pela prestação dos serviços de primeira linha a fim de evitar gastos desnecessários com resserviços futuros.

3.12. O contratado deverá executar os serviços nos endereços definidos no termo de referência, podendo ainda a CONTRATANTE solicitar que o serviço seja realizado em outro endereço, podendo ser dentro da Área urbana ou rural.

3.13. Os serviços serão realizados parceladamente, durante a vigência contratual, sendo solicitados conforme a necessidade das secretarias, mediante via telefone ou relatório emitido pela secretaria, tendo o prazo para início da execução dos serviços no máximo de 03 (três) dias, após o recebimento da solicitação.

4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1. Das contratações decorrentes da Ata de Registro de Preço

4.1.1. A contratação com o detentor da ata será formalizada pelo órgão ou entidade participante, observado o disposto neste Termo de Referência e na Ata de Registro de Preço.

4.2. Condições de entrega

4.2.1 Cada entrega deverá ser efetuada mediante o instrumento de solicitação por escrito, formalizado pela contratante, através da Ordem de Serviço, na forma e prazo especificado no item 4.2.2 do presente Termo de Referência.

4.2.2. A entrega será parcelada, nos seguintes prazos e condições:

4.2.3. O Fornecimento dos serviços será efetuado mediante a apresentação de requisição específica (ordem de serviço) na área urbana e rural, expedida pela Secretaria solicitante, na qual deverá conter



MUNICÍPIO DE COSTA RICA

especificação dos serviços e autorização (assinatura) do servidor previamente designado pela divisão administrativa para tal.

4.2.4. A realização dos serviços deverá ser feita no prazo máximo de 03 (três) dias, após o recebimento da solicitação, ou documento equivalente da contratante. Frisa-se que o serviço deverá ser feito integralmente da quantidade que constar na requisição.

4.2.5. Ficando por conta da contratada todos os custos de mão de obra, deslocamento com veículo próprio, taxas e demais custas visando a execução contratual.

4.2.6. Os serviços poderão ser prestados dentro e fora do horário de expediente na área urbana e rural, respeitando os horários solicitados na ordem de serviço de cada órgão solicitante, podendo ainda conforme a necessidade do Município e formalmente solicitado, ser fora do horário de expediente, finais de semana ou feriados, conforme o caso.

4.2.7. O prazo de entrega dos serviços é de 03 (dias), contados da emissão da Ordem de Serviço.

4.3. Do local e horário de entrega/execução:

4.3.1. O local e hora da entrega serão definidos no instrumento de solicitação, descrito no item 4.2.1.

4.3.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a contratada deverá comunicar as suas razões, com a devida comprovação, com pelo menos 01 dia de antecedência ao prazo de entrega do serviço para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas as situações de caso fortuito e força maior.

4.3.3. A contratada obriga-se a entregar o objeto em conformidade com as especificações descritas na Proposta de Preços e neste Termo de Referência, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

4.3.4. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos objetos licitados, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrentes do contrato, serão por conta exclusiva da contratada.

4.4. Da forma de garantia, condições de manutenção e assistência técnica:

4.4.1. O prazo de garantia a ser atendido é o constante do Código de Defesa do Consumidor - Lei nº 8.078/1990.

4.5. Do prazo para a substituição no caso de defeito:

4.5.1. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens/serviços que apresentarem vício ou defeito no prazo de até **02 (dois)** dias úteis, contados a partir da data da notificação do fiscal.

4.5.2. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e a depender da autorização da Contratante.

5. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

5.1. Para a medição do objeto, sendo o caso de cronograma de execução, este será anexo do contrato e deverá ser observado no processo de fiscalização.

5.2. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente deverão ser observadas as seguintes informações:

a) número do contrato ou número do empenho;



MUNICÍPIO DE COSTA RICA

- b) número do processo;
- c) número da licitação/modalidade
- d) descrição do serviço/produto
- e) quantidade, valor unitário, valor total
- f) demais informações ou retenções pertinentes da contratação.

5.3. A Contratada, durante toda a execução do contrato, deverá manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá estar obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada pela Contratante, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei 14.133, de 2021.

5.4.1. Em caso de irregularidade do contratado, será efetuada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sejam sanadas as respectivas pendências ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

5.4.1.1. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

5.4.2. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar à equipe de fiscalização quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos, de acordo com a efetiva execução do objeto.

5.4.3. Persistindo a irregularidade, a contratante, em decisão fundamentada, deverá aplicar a penalidade cabível nos autos do processo administrativo correspondente.

5.5. A empresa contratada deverá observar a forma de remessa da NF e demais documentos que devem acompanhá-la, no Plano Básico de Fiscalização.

5.6. DO PAGAMENTO:

5.6.1. O pagamento do preço pactuado será efetuado de acordo com o calendário de empenhos do Município, **conforme o recebimento definitivo do serviço** obedecendo todas as exigências e especificações deste termo de referência, devendo a Contratada emitir a respectiva nota fiscal que, devidamente comprovada e atestada pela Secretaria usuária, deverá ser paga após a liberação da respectiva Nota Fiscal.

5.6.2. O documento de cobrança da Contratada será mediante nota fiscal cujo crédito será realizado na conta corrente indicada pela Contratada.

5.6.3 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.6.4 Se for constatado erro ou irregularidade na nota fiscal, a Contratante, a seu critério, poderá devolvê-la para as devidas correções, ou aceitá-la, com a glosa da parte que considerar indevida, nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

5.6.4.1 Na hipótese de devolução, a nota fiscal/fatura será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

5.6.5 A Contratante não pagará, sem que tenha autorização prévia e formal, qualquer compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras.



MUNICÍPIO DE COSTA RICA

- 5.6.6.** Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela Contratada, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.
- 5.6.7.** A Contratante efetuará retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à Contratada, na forma da legislação aplicável.
- 5.6.8.** Será efetuada a glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a contratada:
- 5.6.8.1.** não produziu os resultados acordados ou deixe de executar as atividades contratadas ou não as executou com a qualidade mínima exigida.
- 5.6.9.** Em se tratando de execução de recursos da União decorrente de transferência voluntária, as regras de pagamento atenderão ao regramento próprio editado por aquele ente.

6. DO PLANO DE FISCALIZAÇÃO/GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1.** Nos termos do art. 117 da Lei 14.133, de 2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a execução da contratação, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas, e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 6.2.** O fiscal de contrato desenvolverá as suas atribuições na conformidade do Plano de Fiscalização e para facilitação da fiscalização e a gestão do contrato, o município desenvolveu o Plano Básico de Fiscalização, inserindo as ações a serem adotadas pela equipe de fiscalização, visando inibir a incidência dos riscos comuns a todo objeto, devidamente inserido no item “gerenciamento de riscos” do relatório do estudo técnico.
- 6.3.** O Plano Básico de Fiscalização – PBF, consta transcrito integralmente do ETP e se este foi dispensado na presente contratação, os interessados poderão consultar o endereço eletrônico abaixo para acesso às disposições do processo de fiscalização (equipe de fiscalização, forma de recebimentos provisório/definitivo, notificação, dentre outros), não podendo o contratado alegar desconhecimento do PBF, constando o instrumento publicado no sítio oficial do município https://www.costarica.ms.gov.br/arquivos/plano_de_fiscalizaCAo_do_municipio_de_costa_rica-ms_14094038.pdf.
- 6.4.** Para a efetividade e eficiência da execução contratual, o contratado deverá apresentar preposto devidamente qualificado e manter atualizado o seu contato eletrônico, sendo que a comunicação entre a equipe de fiscalização e o preposto se dará principalmente por via de e-mail informados no contrato, sendo de responsabilidade da contratada manter o endereço eletrônico atualizado.
- 6.5.** Havendo ações específicas ao objeto necessárias à fiscalização do contrato, estas constarão do item “Do Gerenciamento de Riscos” no relatório do ETP e na Ata de RP.

7.DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 7.1.** A licitação será dividida em item facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.
- 7.1.1.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento menor preço.
- 7.2. Das Exigências de Habilitação**
- Conforme estudo técnico preliminar, além dos documentos gerais a constarem do Edital foram



MUNICÍPIO DE COSTA RICA

identificados documentos de habilitação específicos para o objeto.

7.2.1. Dos documentos específicos para a contratação, Para a melhor execução do objeto solicita-se os documentos abaixo:

A empresa deverá apresentar aptidão para prestação do serviço através de atestado técnico em nome da empresa proponente, para comprovação técnica operacional de no mínimo 4% dos serviços deste Termo de Referência.

Disponibilizar funcionários

com curso da NR33 E NR35 para trabalho em locais altos e confinados.

A contratada deve atender os normativos correlatos ao serviço pretendido, destacando a Resolução ANVISA 52/2009 referente a prestação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas. Os serviços deverão ser prestados por empresa especializadas com devido alvará de funcionamento dentro do prazo de validade fornecido por autoridade Sanitária do Município.

Licenças Ambiental emitida pelo órgão ambiental competente LIO (Licença de Instalação e Operação)

8.DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. O valor total estimado da contratação é R\$ 479.180,39 (**quatrocentos e setenta e nove mil, cento e oitenta reais e trinta e nove centavos**), conforme valor unitário referencial discriminado no item 1.1 deste instrumento, que foi apurado pelo em pesquisa de mercado.

9. DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

9.1 Os preços poderão ser revistos a qualquer tempo, para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

9.2. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do contratado, a Administração reestabelecerá o equilíbrio econômico-financeiro inicial concomitantemente à alteração.

9.3. A Administração analisará o pedido de reestabelecimento do equilíbrio econômico financeiro, acompanhado dos devidos cálculos, notas fiscais anteriores, tabelas de preços oficiais e demais documentos comprobatórios pertinentes.

9.4. Após a análise do pedido, e desde que, a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos, a Administração reestabelecerá, mediante termo aditivo, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

9.5. Será permitida à Administração a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

9.6. A formalização do termo aditivo é condição para a execução pelo contratado das prestações determinadas pela Administração no curso da execução do contrato, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

9.7. No caso do disposto do subitem 9.1., a alteração unilateral e o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro serão formalizados no mesmo termo aditivo.

9.8. A extinção do contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-

**MUNICÍPIO DE COSTA RICA**

financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

10. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentaria:

Secretaria Municipal de Administração, Finanças, Planejamento, Receita e Controle

Órgão: 02

Unidade: 02.02

Função: 04

Sub-Função: 123

Programa: 0001

Projeto/Atividade: 2.105

Elemento de Despesa: 33.90.39.78.00

Desdobramento nº: 8551

Fonte de Recursos: 1500

Plano Plurianual: Lei nº 1.630/2021

Valor estimado: R\$ 55.066,94

Verba Municipal

Secretaria Municipal de Saúde

Órgão: 04

Unidade: 04.04

Função: 10

Sub-Função: 301, 305

Programa: 0003, 0014

Projeto/Atividade: 2.301, 2.305

Elemento de Despesa: 33.90.39.78.00

Desdobramento nº: 8558, 10505, 11751, 11369, 11370, 11368, 10465, 8592, 8593, 11375

Fonte de Recursos: 1500, 1600, 1605, 1621, 1899

Plano Plurianual: Lei nº 1.630/2021

Valor Estimado R\$ 57.979,08

Verba Municipal R\$ 47.797,08

Verba Federal R\$ 5.000,00

Verba Estadual R\$ 5.000,00

Secretaria Municipal de Assistência Social

Órgão: 05,06,07,08,17

Unidade: 05.09,06.10,07.11,08.10,17.17

Função: 08

**MUNICÍPIO DE COSTA RICA**

Sub-Função: 244,243,241

Programa: 0005,0015,0008

Projeto/Atividade: 2134,2136,2129,2131,2132,2133,2139,2138,2140,2141,2142

Elemento de Despesa: 33.90.39.78.00

Desdobramento nº: 8598,11752,8599,8600,8594,8595,11376,8596,8597,8601,8602,8603,8604,8611

Fonte de Recursos: 1500,1660,1661,1899

Plano Plurianual: Lei nº 1.630/2021

Valor Estimado R\$ 39.903,30**Verba Municipal R\$ 19.951,65****Verba Estadual R\$ 19.951,65****Secretaria Municipal de Educação****Recurso:** ☒ Municipal ☒ Federal**Categoria Econômica:** ☒ Corrente/Custeio**Dotação:** Órgão: 02, 03

Unidade: 02.04, 03.07

Função: 12

Sub-Função: 361, 362, 364, 365

Programa: 002, 0018

Projeto/Atividade: 2.112, 2.114, 2.123, 2.023, 2.115, 2.117, 2.025, 2.027, 2.029

Elemento de Despesa: 33.90.39.78.00

Desdobramento nº: 8562, 11356, 8563, 8568, 8561, 8565, 11358, 8566, 11359, 8583, 8584, 8585

Fonte de Recursos: 1500, 1550, 1540

Plano Plurianual: Lei nº 1.630/2021

Valor Estimado R\$ 223.281,87**Verba Federal R\$ 156.297,30****Verba Municipal R\$ 66.984,57****Secretaria Municipal de Turismo, Meio Ambiente, Esporte e Cultura**

Órgão: 02

Unidade: 02.07

Função: 13, 18, 22, 27

Sub-Função: 392, 541, 695, 812

Programa: 0008, 0007, 0006

Projeto/Atividade: 2.148, 2.011, 2.147

Elemento de Despesa: 33.90.39.78.00

Desdobramento nº: 8550, 8572, 8574, 8576, 8578

Fonte de Recursos: 1500

Plano Plurianual: Lei nº 1.630/2021

Valor Estimado R\$ 64.175,46**Verba Municipal**



MUNICÍPIO DE COSTA RICA

Secretaria Municipal de Transportes, Urbanização e Obras Públicas

Órgão: 02

Unidade: 02.03

Função: 15

Sub -Função: 451

Programa: 0009

Projeto/Atividade: 2.108

Elemento de Despesa: 33.90.39.78.00

Desdobramento nº: 8554

Fonte de Recursos: 1500

Plano Plurianual: Lei nº 1.630/2021

Valor Estimado R\$ 6.394,20

Verba Municipal

Secretaria Municipal de Políticas Públicas para Mulheres

Órgão: 02

Unidade: 02.09

Função: 08

Sub-Função: 244

Programa: 0015

Projeto/Atividade: 2.156

Elemento de Despesa: 33.90.39.78.00

Desdobramento nº: 11360

Fonte de Recursos: 1500

Plano Plurianual: Lei nº 1.630/2021

Valor Estimado R\$ 3.915,96

Verba Municipal

Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento

Órgão: 02

Unidade: 02.08

Função: 23

Sub -Função: 691

Programa: 0011

Projeto/Atividade: 2.068

Elemento de Despesa: 33.90.39.78.00

Desdobramento nº: 8569

Fonte de Recursos: 1500

Plano Plurianual: Lei nº 1.630/2021

Valor Estimado R\$ 28.645,58

Verba Municipal



MUNICÍPIO DE COSTA RICA

Valor Total R\$ 479.180,39

Verba Municipal: R\$ 292.931,44

Verba Estadual: R\$ 24.951,65

Verba Federal: R\$161.297,30

11. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR, DO CONTRATANTE E CONTRATADO (Detentor da Ata)

11.1. Os direitos e obrigações do órgão gerenciador, do detentor da ata e dos órgãos e entidades participantes são aqueles que estão previstos na Ata de Registro de Preço.

11.2. Celebrado o contrato em decorrência da ARP, os órgãos e/ou entidades participantes passam a ser designados como “Contratantes” e o detentor da ata como “Contratado”, e estão sujeitas as obrigações descritas na respectiva Ata de Registro de Preços.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Limpeza de Caixas de água:

- A contratada deverá executar os serviços de limpeza de caixa de água utilizando produtos adequados, em hipótese alguma a contratada deverá usar detergentes, removedor, sabão ou outros produtos químicos que possa ser prejudicial à saúde. Outro ponto muito importante é manter a caixa bem tampada, para que não entrem insetos, sujeira ou mesmo animais pequenos;
- Possuir equipamentos adequados para a limpeza da caixa de água, pois as mesmas encontram-se em locais de difícil acesso, necessitando o uso de escadas;
- Os funcionários da empresa que realizarão os serviços deverão ter Capacitação específica dentro das normas de segurança, através de treinamento de NR33 e NR35, comprovando por meio de certificado;
- Deverá ser fornecido um “Certificado de Limpeza” para cada caixa de água, na qual tenha sido realizada a limpeza e a desinfecção, com validade de 06 (seis) meses;
- Os serviços deverão ser executados em dias e horários previamente agendados com antecedência mínima de 3 (três) dias, com os respectivos responsáveis de cada unidade.

Limpeza de bebedouros e troca de filtros:

- Deverá ser fornecido “Certificado de Limpeza” para cada bebedouro no qual tenha sido realizada a limpeza e a desinfecção, com validade de 06 (seis) meses.



MUNICÍPIO DE COSTA RICA

- No que tange a higienização e troca de filtros dos bebedouros a contratada deverá disponibilizar de todos os materiais necessários a realização dos serviços, bem como disponibilizar os filtros, aonde a mesma ainda deverá entregar cópia da nota fiscal da compra e entregar ao responsável da secretária solicitante o filtro substituído/trocado.
- **Controle de pragas, vetores, desinsetização, desratização:**
 - A contratação deverá estar de acordo com os critérios e práticas de sustentabilidade em relação aos materiais e produtos a serem empregados, bem como a previsão da adequada execução a fim de atender as demandas sem infringir a legislação ambiental aplicável.
 - A Contratada deverá racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes, informando, se for o caso, o tratamento adotado para o recolhimento dos resíduos; deverá substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade; os materiais empregados pela empresa contratada deverão atender a melhor relação entre custos-benefícios, considerando-se os impactos ambientais, positivos e negativos, associados ao produto.
 - A contratação ainda deverá ser de empresa que possua responsável técnico devidamente habilitado para o exercício das funções relativas às atividades pertinentes ao controle de vetores e pragas urbanas, com registro e habilitação fornecidos pelo respectivo conselho profissional.
 - Os serviços de controle de pragas, vetores, desinsetização, desratização deverá ser realizados fora do horário de expediente, iniciando sempre as sextas feiras após às 17hs e finais de semana;
 - A empresa prestadora do serviço citados neste termo deverá emitir laudo técnico da realização do serviço de CONTROLE DE PRAGAS, VETORES, DESINSETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO com validade de 6 meses.

12.1 - Ainda sobre as obrigações da contratada:

- Cumprir fielmente com as cláusulas contratuais;
- A contratada fica vedada de subcontratar os serviços citados neste termo de referência; . Ficará à encargo da Contratada todos os meios para a realização dos serviços elencados nesse termo tais como; fornecimento de mão de obra, materiais de consumo, insumos, equipamentos e maquinários necessários e adequados para execução dos serviços **Escola Municipal Belonzia 45 km, Escola Municipal Cotriza de Baús 50 km e Posto de Saúde da Lage 15km.**
- Realizar os serviços nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independentemente da



MUNICÍPIO DE COSTA RICA

quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata;

- Comunicar antecipadamente a data e horário da realização dos serviços, não sendo aceitos os serviços que estiverem em desacordo com as especificações constantes no edital, nem quaisquer pleitos de faturamento extraordinários;
- Atender as despesas e encargos de qualquer natureza como o seu pessoal envolvido na realização dos serviços, responsabilizando-se pelos encargos de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal, de acidente de trabalho e outras;
- Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, na qual decorreu o presente ajuste;
- Prestar os devidos esclarecimentos que forem solicitados pelos Órgãos participantes desta Ata, cujas reclamações se obriga a responder prontamente, bem como dar ciência aos mesmos, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do objeto contratado;
- Manter o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos relacionados ou não com a prestação dos serviços/produtos desta Ata;
- Atender as ordens de fornecimentos emitidas no prazo de vigência da Ata de Registro de Preço, quando a conclusão de entrega venha ocorrer em data posterior a do seu vencimento.
- **Todos os custos relativos a execução do serviço (custas, fretes, deslocamento, combustível e outras) ficará a cargo da Contratada.**
- Permitir o acompanhamento da execução e fiscalização da execução contratual
- Substituir o material ou serviço em que se verificarem danos, má execução
- No interesse da Administração, o valor do contrato decorrente desta licitação poderá ser acrescido ou reduzido em até 25% (vinte e cinco por cento), com o aumento ou supressão dos quantitativos correspondentes, sem que disso resulte para a contratada direito a qualquer reclamação.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- Dilatar o prazo de vigência do registro de preços “de ofício” através de apostilamento, mediante notificação, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.



MUNICÍPIO DE COSTA RICA

- Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- Emitir a autorização/requisição de compra;
- Aplicar as penalidades cabíveis;
- Firmar ou não contratação objeto de registro de preço ou contratar nas quantidades estimadas;
- Proporcionar a empresa fornecedora todas condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos Materiais/serviços dentro das normas estabelecidas no edital;
- Efetuar o pagamento pelo fornecimento dos serviços dentro do prazo estabelecido;
- Proceder o acompanhamento e fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive à aplicação das sanções previstas neste edital;

Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo compromitente fornecedor.

14.DA ADESÃO À ATA POR “NÃO PARTICIPANTES”

14.1. Não será admitida a adesão à Ata de registro de Preço por órgãos e entidades não participantes do procedimento.



Proc. 458/2024

Fls. _____

MUNICÍPIO DE COSTA RICA*(Este anexo é um modelo e deve ser feito em papel timbrado do licitante)***ANEXO II****MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS
SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS**

MUNICÍPIO DE COSTA RICA			
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA RICA			
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 458/2024		PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2024	
TIPO DE JULGAMENTO:		MENOR PREÇO POR ITEM	
RAZÃO SOCIAL:		CNPJ/CPF:	
ENDEREÇO:		BAIRRO:	
CIDADE/UF:	CEP:	TELEFONE:	
REPRESENTANTE LEGAL:		CPF:	
RG:	E-mail:		

PROPOSTA:

Item	Descrição do produto/serviço	Un. De Medida	Qtde	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado
1	Higienização e troca de Filtro do bebedouro DE AÇO INOX, - FILTRO WP 200F (Filtro incluso).	Unidade de serviço	79	R\$	R\$
2	Higienização e troca de Filtro do bebedouro Filtro marca Refil Colormaq (Filtro incluso)	Unidade de serviço	33	R\$	R\$
3	Higienização e troca de Filtro do bebedouro Filtro marca Refil Loren 9" (Filtro incluso)	Unidade de serviço	68	R\$	R\$
4	Higienização e troca de Filtro do bebedouro Filtro marca Refil Master (Filtro incluso)	Unidade de serviço	31	R\$	R\$
5	Higienização e troca de Filtro do bebedouro Filtro marca Refil Soft (Filtro incluso)	Unidade de serviço	73	R\$	R\$
6	Higienização e troca de Filtro do bebedouro Filtro marca Refil Water Plus (Filtro incluso)	Unidade de serviço	10	R\$	R\$



Proc. 458/2024

Fls. _____

MUNICÍPIO DE COSTA RICA

7	Higienização e troca de Filtro do bebedouro IBBL, MODELO BDF 300 – FILTRO IBBL (Filtro incluso)	Unidade de serviço	27	R\$	R\$
8	Higienização e troca de Filtro do bebedouro PURIFICADOR IBBL FR 600 – REFIL IBBL (Filtro incluso)	Unidade de serviço	19	R\$	R\$
9	Higienização e troca de Filtro do bebedouro PURIFICADOR SOFT PLUS – REFIL SOFT (Filtro incluso)	Unidade de serviço	25	R\$	R\$
10	Higienização e troca de Filtro do bebedouro PURIFICADOR SOFT STAR EVEREST – REFIL SOFT (Filtro incluso)	Unidade de serviço	28	R\$	R\$
11	Higienização e troca de Filtro do bebedouro purificador de água: NBR5626 (Filtro incluso)	Unidade de serviço	12	R\$	R\$
12	Higienização e troca de Filtro do bebedouro Purificador soft star NBR16098:2012 (Filtro incluso)	Unidade de serviço	13	R\$	R\$
13	Limpeza de Caixa de Água de 500 Litros	Unidade de serviço	39	R\$	R\$
14	Limpeza de caixa de Água de 1.000 litros	Unidade de serviço	151	R\$	R\$
15	Limpeza de caixa de Água de 7.000 litros	Unidade de serviço	10	R\$	R\$
16	Limpeza de Caixa de Água de 10.000 Litros	Unidade de serviço	27	R\$	R\$
17	Limpeza de Caixa de Água de 15.000 Litros	Unidade de serviço	23	R\$	R\$
18	Limpeza de Caixa de Água de 20.000 Litros	Unidade de serviço	28	R\$	R\$
19	Limpeza de Caixa de Água de 25.000 Litros	Unidade de serviço	6	R\$	R\$
20	Limpeza de Caixa de Água de 30.000 Litros	Unidade de serviço	11	R\$	R\$
21	Limpeza de Caixa de Água de 35.000 Litros	Unidade de serviço	5	R\$	R\$

**MUNICÍPIO DE COSTA RICA**

22	Serviços dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização no prédio do Paço Municipal Térreo, 1º e 2º Andares, partes dos fundos, Secretaria Municipal de Políticas Públicas para Mulheres , nas áreas internas e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser inócuo a saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 1.690,06 m².	Unidade de serviço	8	R\$	R\$
23	Serviços dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização no prédio do Gabinete compartilhado , nas áreas internas e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser inócuo a saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 100,00 m².	Unidade de serviço	4	R\$	R\$
24	Serviços dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização no prédio do Eco ponto , nas áreas internas e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser inócuo a saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 1.259,85 m².	Unidade de serviço	4	R\$	R\$
25	Serviços dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização no prédio do Galpão Leilão , nas áreas internas e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser inócuo a saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 1.200,00 m².	Unidade de serviço	4	R\$	R\$
26	Serviços dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização no prédio do Núcleo de Perícia , nas áreas internas e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser inócuo a saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 200,00 m².	Unidade de serviço	4	R\$	R\$
27	Serviços dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização no prédio do Posto de Identificação , nas áreas internas e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser inócuo a saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 100,00 m².	Unidade de serviço	4	R\$	R\$

**MUNICÍPIO DE COSTA RICA**

28	Serviços dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização no prédio da Terminal Rodoviário Domingos Augusto Coelho , nas áreas internas e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser inócuo a saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 1.247,61 m².	Unidade de serviço	4	R\$	R\$
29	Serviços dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização no prédio do Aeroporto Municipal José Antônio de Moraes , nas áreas internas e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser inócuo a saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 141,87 m².	Unidade de serviço	4	R\$	R\$
30	Serviços dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização no prédio do Procon Municipal , na área interna e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser inócuo a saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 139,00 m².	Unidade de serviço	4	R\$	R\$
31	Serviços dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização no prédio da Secretaria Assistência Social , na área interna e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser inócuo a saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 276,83 m².	Unidade de serviço	4	R\$	R\$
32	Serviços dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização no prédio da Veladoria Municipal na área interna e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser inócuo a saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 233,63 m².	Unidade de serviço	4	R\$	R\$
33	Serviços dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização no Cemitério e Necrotério Municipal , na área interna e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser inócuo a saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 91,87 m².	Unidade de serviço	4	R\$	R\$
34	Serviços dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização no Conselho Tutelar , na área		4	R\$	R\$

**MUNICÍPIO DE COSTA RICA**

	interna e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser inócuo a saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 85,65 m².	Unidade de serviço			
35	Serviços dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização na CRAS - Centro De Referência de Assistência Social , na área interna e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser inócuo a saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 1.494,16 m².	Unidade de serviço	4	R\$	R\$
36	Serviços dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização na Casa Lar Sta. Terezinha , na área interna e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser inócuo a saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 221,53 m².	Unidade de serviço	4	R\$	R\$
37	Serviços dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização no Conviver - Centro De Convivência Do Idoso , na área interna e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser inócuo a saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 1.622,90 m².	Unidade de serviço	4	R\$	R\$
38	Serviços dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização na Oficina do Rica Trama , na área interna e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser inócuo a saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 366,43 m².	Unidade de serviço	4	R\$	R\$
39	Serviços dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização na Oficina das Oportunidades , no Parque Industrial II, na área interna e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser inócuo a saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 260,00 m².	Unidade de serviço	4	R\$	R\$
40	Serviços dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização no prédio da Secretaria de Turismo, Meio Ambiente, Cultura e Esportes , na área interna e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida)	Unidade de serviço	3	R\$	R\$

**MUNICÍPIO DE COSTA RICA**

	devendo ser inócuo a saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 337,36 m².				
41	Serviços dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização no Prédio do Ginásio de Esportes Luiz Carlos Yamashita de Souza , no Bairro São Francisco, na área interna e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser inócuo a saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 2.092,62 m².	Unidade de serviço	3	R\$	R\$
42	Serviços dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização no Centro de Treinamento Júlio Maia , na área interna e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser inócuo a saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 372,43 m².	Unidade de serviço	4	R\$	R\$
43	Serviços dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização no Centro de Eventos Ramez Tebet , no bairro Ramez Tebet, na área interna e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser inócuo a saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 2.927,03 m².	Unidade de serviço	4	R\$	R\$
44	Serviços dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização no Parque Municipal Salto do Sucuriú e Auditório , na área interna e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser inócuo a saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 1.232,04 m².	Unidade de serviço	4	R\$	R\$
45	Serviços dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização no Estádio Laertão , na área interna e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser inócuo a saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 2.000,38 m².	Unidade de serviço	4	R\$	R\$
46	Serviços dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização no Museu Interativo próximo ao Centro de Eventos Ramez Tebet, na área interna e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser	Unidade de serviço	2	R\$	R\$

**MUNICÍPIO DE COSTA RICA**

	inócuo a saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 436,50 m².				
47	Serviços dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização no prédio da Secretaria de Obras , na área interna e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser inócuo a saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 1.028,10 m².	Unidade de serviço	4	R\$	R\$
48	Serviços dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização no prédio da Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento e Agraer , na área interna e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser inócuo a saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 128,00 m².	Unidade de serviço	4	R\$	R\$
49	Serviços dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização no prédio da CIAT – Casa do Trabalhador e Subsecretaria de Desenvolvimento , na área interna e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser inócuo a saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 343,02 m².	Unidade de serviço	4	R\$	R\$
50	Serviços dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização no prédio da Horta municipal/viveiro de mudas , na área interna e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser inócuo a saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 163,62 m².	Unidade de serviço	4	R\$	R\$
51	Serviços dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização no prédio da Feira do Produtor , na área interna e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser inócuo a saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 1.810,00 m².	Unidade de serviço	4	R\$	R\$
52	Serviços dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização no prédio da Secretaria de Saúde , na área interna e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser inócuo a saúde humana e	Unidade de serviço	4	R\$	R\$

**MUNICÍPIO DE COSTA RICA**

	aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 276,83 m².				
53	Serviços dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização no prédio do Posto de Saúde Central , na área interna e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser inócuo a saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 412,31 m².	Unidade de serviço	4	R\$	R\$
54	Serviços dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização no prédio do CEM Centro e Especialidades Médicas , na área interna e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser inócuo a saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 769,66 m².	Unidade de serviço	4	R\$	R\$
55	Serviços dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização no prédio Posto de Saúde da Vila Nunes , na área interna e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser inócuo a saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 314,56 m².	Unidade de serviço	5	R\$	R\$
56	Serviços dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização no prédio Posto de Saúde do Vale do Amanhecer , na área interna e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser inócuo a saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 367,97 m².	Unidade de serviço	4	R\$	R\$
57	Serviços dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização no prédio Posto de Saúde do Bairro Sonho Meu III , na área interna e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser inócuo a saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 342,24 m².	Unidade de serviço	5	R\$	R\$
58	Serviços dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização no prédio Posto de Saúde do Bairro São Francisco , na área interna e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser inócuo a	Unidade de serviço	5	R\$	R\$

**MUNICÍPIO DE COSTA RICA**

	saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 170,45 m².				
59	Serviços dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização no prédio Posto de Saúde da Lage , localizado na rua Dois, Quadra H, do Loteamento Alves de Lima (Lage), na área interna e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser inócuo a saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 78,55 m².	Unidade de serviço	5	R\$	R\$
60	Serviços dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização no prédio do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS , na área interna e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser inócuo a saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 535,21 m².	Unidade de serviço	5	R\$	R\$
61	Serviços dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização no prédio da Vigilância Sanitária e Vetores no Bairro Centro, na área interna e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser inócuo a saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 261,52 m².	Unidade de serviço	5	R\$	R\$
62	Serviços dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização no prédio do Centro de Reabilitação Juliano da Silva Carvalho , na área interna e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser inócuo a saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 163,63 m².	Unidade de serviço	5	R\$	R\$
63	Serviços dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização no prédio da Secretaria de Educação , na área interna e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser inócuo a saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 1.443,40 m².	Unidade de serviço	4	R\$	R\$
64	Serviços dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização na Biblioteca Carlos Drumond de Andrade , na área interna e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser inócuo a	Unidade de serviço	7	R\$	R\$

**MUNICÍPIO DE COSTA RICA**

	saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 189,47 m².				
65	Serviços dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização na Biblioteca do Sesi , no bairro Vale do Amanhecer, na área interna e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser inócuo a saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 89,91 m².	Unidade de serviço	6	R\$	R\$
66	Serviços dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização no prédio da Escola Vale do Amanhecer , no bairro Vale do Amanhecer, na área interna e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser inócuo a saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 2.913,56 m².	Unidade de serviço	4	R\$	R\$
67	Serviços dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização no prédio da Escola Joaquim Faustino Rosa , no Residencial Figueira, na área interna e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser inócuo a saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 4.074,04 m².	Unidade de serviço	4	R\$	R\$
68	Serviços dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização no prédio da Escola Francisco Martins Carrijo , no bairro São Francisco, na área interna e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser inócuo a saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 3.329,77 m².	Unidade de serviço	4	R\$	R\$
69	Serviços dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização no prédio da Escola Adenocre Alexandre de Moraes no Bairro Centro, na área interna e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser inócuo a saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 3.885,26 m².	Unidade de serviço	4	R\$	R\$
70	Serviços dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização no prédio da Escola Fábio Rodrigues Barbosa no Jardim Imbirussu, na área interna e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser	Unidade de serviço	4	R\$	R\$

**MUNICÍPIO DE COSTA RICA**

	inócuo a saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 4.364,79 m².				
71	Serviços dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização no prédio da Escola Municipal Belonizia Paulino de Oliveira na Zona Rural do Curralinho, na área interna e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser inócuo a saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 323,20 m².	Unidade de serviço	4	R\$	R\$
72	Serviços dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização no prédio da Escola Municipal Cotriza de Baus Polo na Zona Rural do Baus, na área interna e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser inócuo a saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 1.435,41 m².	Unidade de serviço	4	R\$	R\$
73	Serviços dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização no prédio do CEI Sonho de Ninar no Bairro Vale do Amanhecer, na área interna e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser inócuo a saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 840,15 m².	Unidade de serviço	4	R\$	R\$
74	Serviços dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização no prédio do CEI Sonho Meu no Bairro Jardim São Francisco , na área interna e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser inócuo a saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área de 969,82 m².	Unidade de serviço	4	R\$	R\$
75	Serviços dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização no prédio do CEI Davina Correia de Oliveira , no Bairro Vila Nunes, na área interna e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser inócuo a saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 590,39 m².	Unidade de serviço	4	R\$	R\$
76	Serviços dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização no prédio do CEI Ambrosina Paes Coelho , no Bairro Centro, na área interna e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser	Unidade de serviço	4	R\$	R\$

**MUNICÍPIO DE COSTA RICA**

	inócuo a saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 1.268,78 m².				
77	Serviços dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização no prédio do CEI Sonho da Vovó , no Jardim Imbirussu, na área interna e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser inócuo a saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 1.490,23 m².	Unidade de serviço	4	R\$	R\$
78	Serviços dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização no prédio do CEI Ilidia Lacerda de Almeida , no Centro, na área interna e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser inócuo a saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 1.304,85 m².	Unidade de serviço	4	R\$	R\$
79	Serviços dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização no prédio da Oficina de Transporte Escolar Sebastião Cruciol , na área interna e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser inócuo a saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 1.525,09 m².	Unidade de serviço	4	R\$	R\$
80	Serviço dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização no prédio do Demutran , na área interna e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser inócuo a saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 127,91 m².	Unidade de serviço	4	R\$	R\$
81	Serviço dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização no prédio do Creas , na área interna e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser inócuo a saúde humana e aprovado pelos órgãos de controle sanitário, área aproximada de 216,30 m².	Unidade de serviço	4	R\$	R\$
82	Serviço dedetização, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização no prédio do Aterro Sanitário , na área interna e arredores com produtos de boa qualidade (gel, pó químico, ou inseticida conforme a praga a ser combatida) devendo ser inócuo a saúde humana e aprovado pelo órgão de controles sanitário, área aproximada de 900,00 m².	Unidade de Serviço	3	R\$	R\$



Proc. 458/2024

Fls. _____

MUNICÍPIO DE COSTA RICA

VALOR GLOBAL ESTIMADO DA PRESENTE LICITAÇÃO R\$ (.....).

O prazo de validade da proposta é de _____ (_____) dias.

Nome do banco indicado para o pagamento: _____, Agência: _____, Conta Corrente: _____.

Prazo de entrega: _____ (_____) dias corridos, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento.

Declaro que examinei, conheço e me submeto a todas as condições expressas no Edital e seus anexos, bem como verifiquei todas as especificações contidas, não havendo quaisquer discrepâncias nas informações, nas condições de fornecimento e documentos que dele fazem parte.

Declaro que o preço ofertado compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes.

Declaro ainda que, estou ciente de todas as condições que possam de qualquer forma influir nos custos diretos ou indiretos, assumindo total responsabilidade por erros ou omissões existentes nesta proposta, bem como qualquer despesa relativa à realização integral de seu objeto.

Local _ _ _ _ de _____ de 2024.

Representante Legal

**MUNICÍPIO DE COSTA RICA**

(apenas para conhecimento, a empresa não precisa preencher)

ANEXO III**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

REGISTRO DE PREÇOS E TERMO DE COMPROMISSO DE FORNECIMENTO Nº/20.....
--

REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2024 – PROCESSO Nº 458/2024

Pelo presente instrumento, de um lado, **MUNICÍPIO DE COSTA RICA** - CNPJ n. 15.389.596/0001-30, com sede à Rua Ambrosina Paes Coelho, nº 228, Centro, em Costa Rica/MS, ordenador de Despesas: **Cleverson Alves dos Santos**, Prefeito Municipal, brasileiro, casado, advogado, portador da carteira de identidade com RG nº 1876103 SSP/DF, inscrito no CPF sob o nº 648.171.485-00, residente e domiciliado à Rua Francisco Augusto Mesquita Filho, nº 365, Jardim Eldorado, na cidade de Costa Rica, estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS, PLANEJAMENTO, RECEITA E CONTROLE**: Ordenador de Despesas: **Paulo César Gabaron Vargas**, Secretário Municipal de Administração, Finanças, Planejamento, Receita e Controle), brasileiro, casado, portador da carteira de identidade com RG n. 479.928 SSP/MS, inscrito no CPF sob o n. 447.571.071-53, residente e domiciliada à Rua João Rodrigues de Oliveira, nº 498, Ramez Tebet, na cidade de Costa Rica, estado de Mato Grosso do Sul, o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, inscrito no CNPJ n. 13.996.218/0001-90; e **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**: Ordenador de Despesas: **Daniel Rayckson Lemos Santos**, Secretário Municipal de Saúde, brasileiro, solteiro, portador da carteira de identidade RG nº 1.361.561 SEJUSP-MS e CPF nº 025.107.641-52, residente e domiciliado na Residência e domiciliado na Rua Ceará Nº602, Sonho Meu III, na cidade de Costa Rica, Estado de Mato Grosso do Sul, o **FUNDO MUNICIPAL PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA**, CNPJ n. 20.088.278/0001-70; **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, inscrito no CNPJ n. 15.404.969/0001-03; **FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO**, inscrito no CNPJ n. 36.142.469/0001-02; e **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**: Ordenadora de Despesas: **Antônio Divino Felix Rodrigues**, Secretário Municipal de Assistência Social, brasileiro, portador da carteira de identidade com RG n. 750047 SSP/MS, inscrita no CPF sob o n. 600.776.891-00, residente e domiciliado à Rua Ambrosina Paes Coelho, nº 2014, Vila Santana, na cidade de Costa Rica, estado de Mato Grosso do Sul, o **FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA; E SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, MEIO AMBIENTE, ESPORTE E CULTURA**: RESPONSÁVEL / ORDENADOR DE DESPESAS: **João Carlos Candido Rocha**, Secretário Municipal de Turismo, Meio Ambiente, Esporte e Cultura, brasileiro, portador da carteira de identidade com RG n. 000969546, inscrito no CPF sob o n. 837.988.701-87, residente e domiciliado à Rua Amelia Rodrigues de Menezes, nº 355, Jardim Buenos Aires, na cidade de Costa Rica, estado de Mato Grosso do Sul, a **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – FUNDEB)**, inscrito no CNPJ n. 30.056.699/0001-72: Ordenadora de Despesas: **Maria Aparecida Francisca de Souza Almeida**, Secretária Municipal de Educação em exercício, brasileira, casada, pedagoga, portadora da carteira de identidade com RG n. 436777 SSP/MS, inscrita no CPF sob o n. 421.005.001-63, residente e domiciliada à Avenida José Ferreira da Costa, nº 1902, Bairro Centro, na cidade de Costa Rica, estado de Mato Grosso do Sul, a **SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS**: Ordenador de Despesas: **Penides Garcia Jacinto**, Secretário

**MUNICÍPIO DE COSTA RICA**

Municipal de Obras Públicas, brasileiro, casado, portador da carteira de identidade com RG n. 134.121 SSP/MT, inscrito no CPF sob o n. 236.741.721-00, residente e domiciliado à Rua Maria Garcia Gomes, nº 835, Centro, na cidade de Costa Rica, estado de Mato Grosso do Sul, a **SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO**: Ordenador de Despesas: **Joaquim Alcides Carrijo**, Secretário Municipal de Agricultura e Desenvolvimento, brasileiro, divorciado, contador, portador da carteira de identidade com RG n. 270.846 SSP/GO, inscrito no CPF sob o n. 160.487.091-53, residente e domiciliado à Rua Valdir Barbosa da Costa, nº 533, bairro JK, na cidade de Costa Rica, estado de Mato Grosso do Sul, a **SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES**: Ordenador de Despesas: **Gilmárcia Silva Pereira Alves**, Secretária Municipal de Políticas Públicas Para Mulheres, brasileira, casada, contador, portador da carteira de identidade com RG n. 5712633 - SSP/GO, inscrito no CPF sob o n. 920.926.325-15, residente e domiciliada na Rua Francisco Augusto Mesquita Filho, nº 365, Jardim Eldorado, na cidade de Costa Rica, Estado de Mato Grosso do Sul, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR** e **DE OUTRO LADO** as empresas abaixo especificadas a empresa _____, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº _____, sediado(a) na _____, o(s) fornecedor(es) abaixo qualificado(s), doravante denominado(s) **DETENTOR DA ATA**, neste ato representado(a) por _____ (nome e função no contratado), portador do RG n. _____ devidamente inscrito no CPF sob o n. _____, com endereço eletrônico _____, conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tudo registrado e em consonância com o Processo Administrativo nº _____ e em observância às disposições da [Lei 14.133, de 2021](#), e demais legislações correlatas aplicáveis, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/2024, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 14/2024, Processo nº 458/2024**, atendendo às condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei 14.133, de 2021, e mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PREPOSTO INDICADO PELA CONTRATADA (se for o caso)

1.1. Nos termos constantes no Anexo VII do edital, Termo de Nomeação de Preposto, a detentora da ata mantém a nomeação do preposto indicado e devidamente qualificado no respectivo Termo, para acompanhar a execução do Contrato decorrente desta ARP, ou instrumento equivalente, e demais atos necessários ao cumprimento das obrigações assumidas no respectivo instrumento.

1.2. A contratada se compromete a manter atualizado o Termo de Nomeação de Preposto no respectivo instrumento decorrente desta Ata, mantendo sempre todos os dados atualizados bem como o endereço eletrônico do mesmo, para os fins de eficiente comunicação no processo de fiscalização.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

2.1. O ÓRGÃO GERENCIADOR será **Secretaria Municipal** de _____

2.2. Este instrumento, formalizado pelo órgão/entidade gerenciador(a) e o detentor da ata, objetiva atender às demandas dos seguintes órgãos e/OU entidades participantes do registro de preços:

Item nº	Órgãos/Entidades Participantes	Unidade de medida	Quantidade total
---------	--------------------------------	-------------------	------------------

**MUNICÍPIO DE COSTA RICA**

CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

3.1. A presente Ata tem por objeto o **Sistema de Registro de Preços visando a contratação de empresa especializada para prestação de serviços no controle de pragas, desinsetização, desratização, limpeza de caixa d'água e higienização de bebedouros com trocas de filtros para atender todas as Secretarias Municipais**, em atendimento à solicitação da **Secretaria Municipal de Administração e Finanças, Planejamento, Receita e Controle**, especificado no Termo de Referência anexo ao Edital regente do certame.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES

4.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as seguintes:

Item X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade de medida	Quantidade	Valor Un

4.1.1. O registro de que trata o subitem 4.1 é composto pela unidade de contratação, sem a indicação do total a ser eventualmente adquirido, conforme autoriza o §3º do art. 82 da Lei 14.133, de 2021.

4.1.2. Nas contratações decorrentes desta ata de registro de preço, o quantitativo a ser eventualmente adquirido ficará limitado ao valor máximo da despesa fixado no Termo de Referência.

4.2. O presente instrumento caracteriza-se como documento vinculativo e obrigacional, com característica de **compromisso para futura contratação** dos itens indicados no subitem 4.1, onde são registrados o objeto, os preços, os fornecedores, os órgãos participantes e as condições a serem praticadas conforme condições definidas no edital e seus anexos, propostas de preços apresentadas e ata do Pregão Eletrônico nº ____/2024, que integram este instrumento.

4.3. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará os órgãos e entidades participantes a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

CLÁUSULA QUINTA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

5.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano de até, contados da data de publicação de seu extrato no Diário Oficial do Município link: <https://www.costarica.ms.gov.br/porta/diario-oficial>, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde



MUNICÍPIO DE COSTA RICA

que comprovada a vantajosidade do preço.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições contidas na respectiva ARP.

5.2. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original, desde que justificado pelo órgão gerenciador.

5.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ARP.

CLÁUSULA QUINTA – DA REVISÃO DO PREÇO REGISTRADO

Revisão de Preço

6.1. Durante a vigência da ARP o órgão gerenciador deverá proceder à atualização periódica dos preços registrados, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta ata, e havendo a oscilação de mercado, poderá adotar uma das medidas previstas abaixo, se for o caso.

6.2. Nas hipóteses da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei 14.133, de 2021 (caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado), os preços registrados poderão ser alterados, desde que observadas as disposições delineadas neste instrumento.

6.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, caberá ao órgão gerenciador promover as negociações para viabilizar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado, mediante as seguintes providências:

I – convocar o detentor da ARP, a fim de estabelecer negociação para redução dos preços originalmente

registrados e a sua adequação ao praticado no mercado;

II – Liberar o detentor da ARP do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, se frustrada a negociação com ele intentada;

III – convocar os licitantes que aceitaram cotar sua proposta em valor igual ao licitante vencedor, na ordem de classificação, visando a promover igual negociação.

6.4. Quando o preço do mercado se tornar superior aos preços registrados e o detentor da ARP comunicar e comprovar, antes do pedido de fornecimento, a impossibilidade de cumprimento do compromisso inicialmente assumido, o órgão gerenciador deverá:

I – Liberar o fornecedor do compromisso assumido e sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e dos comprovantes apresentados;

II – Promover a negociação com os licitantes que aceitaram cotar sua proposta em valor igual ao licitante vencedor, observado o procedimento descrito no subitem 6.6.

6.4.1. Não havendo êxito nas negociações de que trata o subitem 6.6, ou não existindo licitantes que aderiram ao preço do vencedor nem existindo licitantes remanescentes, o órgão gerenciador deverá proceder o cancelamento da ARP.



MUNICÍPIO DE COSTA RICA

6.5. Na hipótese em que o detentor da ARP, antes do pedido de fornecimento, solicitar a revisão do preço registrado e comprovar que a elevação seja decorrente de evento posterior à assinatura da ARP, absolutamente independente da vontade das partes e proveniente de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que inviabilizem a manutenção dos preços registrados, o órgão gerenciador deverá:

I – Proceder às negociações na forma do subitem 6.6, e no caso do seu êxito, liberar o detentor da ARP do compromisso assumido e sem aplicação da penalidade;

II – Promover a alteração do preço registrado em favor do solicitante se frustrada a negociação de que trata o inciso I deste item.

6.5.1. Diante da inexistência de licitantes que reduziram ao preço do vencedor ou de licitantes remanescentes que impeçam a realização das negociações mencionadas no inciso I, a revisão do preço solicitada pelo detentor da ata ficará condicionada a demonstração, por ele, de que o valor pretendido está compatível com os valores praticados pelo mercado.

6.5.2. A fixação do novo preço a ser registrado deverá ser consignada em Termo Aditivo à ARP, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

6.5.3. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão de preços, no prazo definido no parágrafo único do art. 123 da Lei 14.133, de 2021.

6.5.4. A critério do órgão gerenciador, as utilizações e as adesões à ARP poderão ser suspensas durante o período de análise do pedido de revisão.

Da negociação para fins de revisão de preço

6.6. As negociações de que tratam os subitens 6.4.1 e 6.5 deverão observar o seguinte procedimento:

6.6.1. O órgão gerenciador deverá convocar os licitantes que aceitaram cotar sua proposta em valor igual ao licitante vencedor, bem como os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a formalização da ata de registro de preço nas condições propostas pelo detentor da ata.

6.6.2. Na hipótese de nenhum dos convocados aceitar a contratação nos termos do supracitado item 6.6.1, o Órgão Gerenciador, poderá convoca-los para negociação, sempre na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço registrado em ata.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA SUBSTITUIÇÃO DE MARCA OU MODELO DO PRODUTO REGISTRADO

7.1. O órgão gerenciador poderá aceitar que o detentor da ARP substitua o produto por outro de marca ou de modelo diferente daquele registrado na ARP, se for comprovado o motivo ou por fato superveniente à licitação e desde que não haja majoração do preço registrado, e também o novo produto deve possuir, comprovadamente, desempenho e qualidade iguais ou superiores.

7.2. A aceitação de que trata o subitem 7.1, poderá ser precedida de parecer técnico, solicitado pelo gerenciador, que ateste as informações prestadas pelo detentor da ata e a aceitação da substituição deverá ser consignada na ARP através de Termo Aditivo.

**MUNICÍPIO DE COSTA RICA****CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS E CANCELAMENTO DA ARP**

8.1. O órgão gerenciador deverá cancelar o PREÇO REGISTRADO do detentor da ata quando este:

- I – for liberado nas hipóteses previstas no inciso II do subitem 6.3 e no inciso I do subitem 6.4 desta ARP.
- II – descumprir as condições da ARP, sem justificativa aceitável;
- III – não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado (subitem 6.2);
- IV – não aceitar o preço revisado pelo órgão gerenciador;
- V – sofrer a sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei 14.133, de 2021.

8.2. A ATA DE REGISTRO DE PREÇO será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

- I – pelo decurso do prazo de vigência ou quando não restarem detentores da ARP e aderentes de preço;
- II – pelo cancelamento de todos os preços registrados;
- III – em razão da utilização total dos itens da ARP, salvo na hipótese de sua prorrogação;
- IV – por fato superveniente, decorrente de caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução das obrigações previstas na ARP;
- V – por razões de interesse público, devidamente justificadas.

8.2.1. Na hipótese em que o detentor da ata solicite o cancelamento em razão do disposto no inciso IV do subitem 8.2, o órgão gerenciador poderá, como alternativa ao cancelamento:

- I - suspender temporariamente as utilizações e as adesões à ARP até a regularização do fornecimento do produto registrado, desde que demonstrado o interesse público e a vantagem na manutenção do respectivo preço registrado;
- II - proceder às negociações com os licitantes que reduziram seus preços ao valor do vencedor, e também com os licitantes remanescentes na forma do subitem 6.6.

8.3. Nas hipóteses dos incisos II e V do subitem 8.1 e dos incisos IV e V do subitem 8.2 deste instrumento, o órgão gerenciador deverá motivar a sua decisão no processo, assegurando o contraditório e a ampla defesa do detentor da ARP e também dos aderentes, se houver.

CLÁUSULA NONA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

9.1. São obrigações do ÓRGÃO GERENCIADOR a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços, e ainda o seguinte:

9.1.1. Publicar o extrato da ARP na imprensa oficial do Município, com a indicação do número da respectiva licitação, do objeto e endereço eletrônico onde poderão ser obtidas informações mais detalhadas da ARP.

9.1.2. Publicar nos mesmos moldes delineados no subitem 9.1.1 eventuais alterações que possam ocorrer na ARP, inclusive de detentores da ARP, de marca e/ou modelo, quantitativos dos itens ou de seus preços.



MUNICÍPIO DE COSTA RICA

9.1.3. Divulgar, mediante publicação no portal do município e no PNCP, o preço registrado, com indicação dos fornecedores, e essa informação deverá ficar disponível durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

9.1.4. Gerenciar a Ata de Registro de Preços, com a prática, em especial, dos seguintes atos:

9.1.4.1. Emitir a autorização de compra;

9.1.4.2. Indicar para os Órgãos e/ou Entidades Participantes da ARP, os fornecedores e seus respectivos saldos dos itens, visando subsidiar os pedidos de compras.

9.1.4.3. Proceder atualização periódica dos preços registrados, com o objetivo de verificar a oscilação de mercado, nos termos previstos na Cláusula Sexta.

9.1.4.5. Se necessário, promover o remanejamento ou redistribuição das quantidades entre os órgãos e/ou entidades participantes.

9.1.4.6. Prorrogar a vigência da ARP, se for o caso, desde que observado o disposto no art. 84 da Lei 14.133, de 2021.

9.1.4.7. Aceitar, se for o caso, que o detentor da ARP substitua o produto por outro de marca ou de modelo diferente daquele registrado nesta ata, nos termos da Cláusula Sétima;

9.1.4.8. Receber a “*solicitação de adesão*” e autorizar, se for o caso, o pedido de adesão à ARP formulado pelos órgãos e as entidades não participantes, por meio do “*termo de adesão*”.

9.1.5. Promover o cancelamento do preço registrado ou da Ata de Registro de Preços, total ou parcialmente, quando houver situações previstas na Cláusula Oitava desta Ata.

9.1.6. Emitir decisão de forma explícita, sobre todas as solicitações e reclamações elaboradas pelos detentores da Ata de RP, que forem relacionadas ao gerenciamento da ata, com exceção dos requerimentos que forem manifestamente impertinentes ou meramente protelatórios.

9.1.6.1. Com relação à obrigação delineada no subitem 9.1.6, o Órgão Gerenciador terá o prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento, para decidir sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos regidos pela Lei 14.133, de 2021, admitida a prorrogação motivada, por igual período. (art. 123 da Lei)

9.2. São obrigações dos ÓRGÃOS E ENTIDADES PARTICIPANTES da ata:

9.2.1. Solicitar o uso da ARP ao órgão gerenciador, que indicará o fornecedor e os preços que serão praticados, obedecida a ordem de classificação.

9.2.2. Realizar todos os atos voltados à execução financeira, inclusive os relacionados à prestação de contas.

9.2.3. Requisitar a autorização e o empenho da despesa, correspondente aos pedidos de fornecimento ou de contratação, dentro do prazo de vigência da ARP.

9.2.4. Formalizar a contratação decorrente da ARP.

9.2.7. Instaurar, no âmbito de suas contratações, procedimento administrativo, em que seja assegurada a ampla defesa e o contraditório, para fins de aplicação de penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de RP, ou do descumprimento das obrigações contratuais, devendo informar as



MUNICÍPIO DE COSTA RICA

ocorrências ao órgão gerenciador.

9.2.8. Efetuar os pagamentos dentro das condições estabelecidas no Edital.

9.2.9. Não participar em mais de uma ata de registro de preços, que tenha o mesmo objeto, no prazo de validade desta ARP, salvo na ocorrência de registro de quantitativo inferior ao máximo previsto no edital (inciso VIII do art. 82 da Lei 14.133, de 2021).

9.2.10. A existência de preços registrados implicará compromisso do detentor da ata de fornecimento nas condições estabelecidas no Termo de Referência, mas não obrigará os órgãos e entidades participantes a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

9.3. São obrigações do DETENTOR DA ARP (fornecedor):

9.3.1. Manter, durante a vigência do RP, todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9.3.2. Responder as solicitações, pedidos e/ou informações, feitas pelo Órgão Gerenciador e Órgãos e/ou Entidades participantes.

9.3.3. Na hipótese do preço do mercado tornar-se superior aos preços registrados na ARP, **comunicar e comprovar, antes do pedido de fornecimento** realizado pelos órgãos e entidades participantes, a impossibilidade de cumprimento do compromisso inicialmente assumido.

9.3.3. No caso de solicitação de revisão de preço, deverá comprovar que a elevação seja decorrente de evento posterior à assinatura da ARP, absolutamente independente da vontade das partes e proveniente de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que inviabilizem a manutenção dos preços registrados.

9.3.4. Na hipótese de solicitar a substituição do produto por outro de marca ou de modelo diferente do registrado na ARP, conforme disposto na cláusula sétima deste instrumento, deverá comprovar o motivo ou o fato superveniente à licitação, e desde que o novo produto possua, comprovadamente, desempenho e qualidade iguais ou superiores ao registrado, não podendo haver majoração do preço registrado.

9.3.5. Caso solicite o cancelamento do item registrado, deverá comprovar o fato superveniente à assinatura da ARP, decorrente de caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução das obrigações previstas na ARP.

Limpeza de Caixas de água:

9.3.6. A contratada deverá executar os serviços de limpeza de caixa de água utilizando produtos adequados, em hipótese alguma a contratada deverá usar detergentes, removedor, sabão ou outros produtos químicos que possa ser prejudicial à saúde. Outro ponto muito importante é manter a caixa bem tampada, para que não entrem insetos, sujeira ou mesmo animais pequenos;



MUNICÍPIO DE COSTA RICA

9.3.7. Possuir equipamentos adequados para a limpeza da caixa de água, pois as mesmas encontram-se em locais de difícil acesso, necessitando o uso de escadas;

9.3.8. Os funcionários da empresa que realizarão os serviços deverão ter Capacitação específica dentro das normas de segurança, através de treinamento de NR33 e NR35, comprovando por meio de certificado;

9.3.9. Deverá ser fornecido um “Certificado de Limpeza” para cada caixa de água, na qual tenha sido realizada a limpeza e a desinfecção, com validade de 06 (seis) meses;

9.3.10. Os serviços deverão ser executados em dias e horários previamente agendados com antecedência mínima de 3 (três) dias, com os respectivos responsáveis de cada unidade.

Limpeza de bebedouros e troca de filtros:

9.3.11. Deverá ser fornecido “Certificado de Limpeza” para cada bebedouro no qual tenha sido realizada a limpeza e a desinfecção, com validade de 06 (seis) meses.

9.3.12. No que tange a higienização e troca de filtros dos bebedouros a contratada deverá disponibilizar de todos os materiais necessários a realização dos serviços, bem como disponibilizar os filtros, aonde a mesma ainda deverá entregar cópia da nota fiscal da compra e entregar ao responsável da secretária solicitante o filtro substituído/trocado.

Controle de pragas, vetores, desinsetização, desratização:

9.3.13. A contratação deverá estar de acordo com os critérios e práticas de sustentabilidade em relação aos materiais e produtos a serem empregados, bem como a previsão da adequada execução a fim de atender as demandas sem infringir a legislação ambiental aplicável.

9.3.14. A Contratada deverá racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes, informando, se for o caso, o tratamento adotado para o recolhimento dos resíduos; deverá substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade; os materiais empregados pela empresa contratada deverão atender a melhor relação entre custos-benefícios, considerando-se os impactos ambientais, positivos e negativos, associados ao produto.

9.3.15. A contratação ainda deverá ser de empresa que possua responsável técnico devidamente habilitado para o exercício das funções relativas às atividades pertinentes ao controle de vetores e pragas urbanas, com registro e habilitação fornecidos pelo respectivo conselho profissional.

9.3.16. Os serviços de controle de pragas, vetores, desinsetização, desratização deverá ser realizados fora do horário de expediente, iniciando sempre as sextas feiras após às 17hs e finais de semana;

9.3.17. A empresa prestadora do serviço citados neste termo deverá emitir laudo técnico da realização do serviço de CONTROLE DE PRAGAS, VETORES, DESINSETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO com validade de 6 meses.



MUNICÍPIO DE COSTA RICA

9.3.18. Ainda sobre as obrigações da contratada:

9.3.19. Cumprir fielmente com as cláusulas contratuais;

9.3.20. A contratada fica vedada de subcontratar os serviços citados neste termo de referência;

9.3.21. Ficará à encargo da Contratada todos os meios para a realização dos serviços elencados nesse termo tais como; fornecimento de mão de obra, materiais de consumo, insumos, equipamentos e maquinários necessários e adequados para execução dos serviços **Escola Municipal Belonizia 45 km, Escola Municipal Cotriza de Baús 50 km e Posto de Saúde da Lage 15km.**

9.3.22. Realizar os serviços nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independentemente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata;

9.3.23. Comunicar antecipadamente a data e horário da realização dos serviços, não sendo aceitos os serviços que estiverem em desacordo com as especificações constantes no edital, nem quaisquer pleitos de faturamento extraordinários;

9.3.24. Atender as despesas e encargos de qualquer natureza como o seu pessoal envolvido na realização dos serviços, responsabilizando-se pelos encargos de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal, de acidente de trabalho e outras;

9.3.25. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, na qual decorreu o presente ajuste;

9.3.26. Prestar os devidos esclarecimentos que forem solicitados pelos Órgãos participantes desta Ata, cujas reclamações se obriga a responder prontamente, bem como dar ciência aos mesmos, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do objeto contratado;

9.3.27. Manter o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos relacionados ou não com a prestação dos serviços/produtos desta Ata;

9.3.28. Atender as ordens de fornecimentos emitidas no prazo de vigência da Ata de Registro de Preço, quando a conclusão de entrega venha ocorrer em data posterior a do seu vencimento.

9.3.29. Todos os custos relativos a execução do serviço (custas, fretes, deslocamento, combustível e outras) ficará a cargo da Contratada.

9.3.30. Permitir o acompanhamento da execução e fiscalização da execução contratual

9.3.31. Substituir o material ou serviço em que se verifiquem danos, má execução

9.3.32. No interesse da Administração, o valor do contrato decorrente desta licitação poderá ser acrescido ou reduzido em até 25% (vinte e cinco por cento), com o aumento ou supressão dos quantitativos correspondentes, sem que disso resulte para a contratada direito a qualquer reclamação.

**MUNICÍPIO DE COSTA RICA****CLÁUSULA DÉCIMA – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E DAS SANÇÕES**

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos desta licitação
- l) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

10.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

10.3. Multa de 20% (de vinte por cento), conforme regulamentação pertinente ao art.156, § 3º da Lei 14.133/2021 (limite de 0,5 a 30%), sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações do item 10.1, alíneas “a” à “k”;

10.4. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos do item 10.1, alíneas “b” à “g”, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

10.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou

contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes municipais, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, no caso do item 10.1, alíneas “h” à “k”, bem como



MUNICÍPIO DE COSTA RICA

nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

10.6. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

10.7. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.7.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

10.7.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

10.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.12. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional

de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).



MUNICÍPIO DE COSTA RICA

10.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

10.14. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DA ARP

11.1. Celebrado o contrato em decorrência da ARP, os órgãos e entidades participantes passam a ser designados como “Contratantes” e o detentor da ata como “Contratado”, observadas as obrigações para cada um, fixadas no Termo de Referência.

11.2. A contratação com o detentor da ARP será formalizada pelos órgãos e entidades participantes, por intermédio do instrumento de contrato, dentro do prazo de validade da respectiva ARP, podendo esse ser substituído por nota de empenho de despesa, carta-contrato, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, observado o disposto no art. 95 da Lei 14.133, de 2021.

11.3. Será admitida a forma eletrônica na celebração da contratação, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

11.4. O prazo para assinatura da ata/contrato, retirada de nota de empenho ou instrumento equivalente, será de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da comunicação formal, podendo ser prorrogado, em conformidade com o disposto no § 1º, do artigo 90, da Lei 14.133, de 2021.

11.5. A formalização dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preço, deverá ser providenciada dentro do prazo de vigência da ARP.

11.5.1. Se o instrumento de contrato for substituído por outro instrumento hábil, na forma do art. 95 da Lei 14.133, de 2021, a emissão dos referidos documentos e o seu envio ao detentor da ARP deverá ocorrer dentro do prazo de vigência da Ata.

11.6. Na assinatura do contrato:

I – será exigida a comprovação das condições de habilitação fiscal e trabalhista consignadas no edital de licitação;

II – será realizada consulta nos cadastros a que se referem o subitem 16.2. do Edital;

11.7. O prazo de duração dos contratos, decorrentes da ARP, não se confunde com o prazo de vigência da própria ata, haja vista que o prazo de duração dos contratos segue o disposto pelo Capítulo V do Título III da Lei 14.133, de 2021.

11.7.1. O contrato a que se refere o subitem 10.8 terá o prazo de vigência da contratação de até 5 (cinco) anos contados da data de sua assinatura, na forma dos artigos 105 e 106 da Lei 14.133, de 2021, observadas as condições previstas naquele instrumento.



MUNICÍPIO DE COSTA RICA

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CRITÉRIOS DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento será realizado até 30 (trinta) dias contados do atesto da nota fiscal, mediante transferência bancária na conta informada, sempre em favor da contratada.

12.2. A nota fiscal deverá constar as seguintes informações:

- a) número do contrato ou número do empenho
- b) número do processo
- c) número da licitação
- d) informações de acordo com artigo 126 da Instrução Normativa RFB N.º 2110/2022, quando tratar de prestação de serviços
- e) demais informações ou retenções pertinentes da contratação

12.3. Havendo atraso no pagamento, considerados atrasos aqueles que ocorrerem entre a data do vencimento e a do efetivo pagamento, o valor será atualizado monetariamente pelo IPCA (índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo)

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRO – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

13.1. As despesas do presente contrato são oriundas das dotações orçamentárias constantes no processo licitatório, quais sejam:

Órgão:

Unidade:

Função:

Sub-Função:

Programa:

Projeto/Atividade:

Elemento de Despesas:

Fonte de Recursos:

Plano Plurianual: Lei nº 1.630/2021

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

14.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

14.2. A ata de realização da sessão pública do pregão, com relação dos licitantes que aceitaram reduzir/cotar seus preços ao valor da proposta do licitante vencedor do certame, (**cadastro de reserva**), nos termos do item 15.1 do Edital, **segue anexa** a esta Ata de Registro de Preços.

14.3. Conforme Decreto Municipal nº 4.811/2021, quando convocada para assinar o contrato, a empresa deverá realizar o cadastro junto ao site do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul / C-JUR [Sistema e-CJUR - Cadastro de Jurisdicionado TCE/MS](#) para fornecimento dos itens ao Município. A não realização do cadastro poderá implicar na desclassificação da empresa.



MUNICÍPIO DE COSTA RICA

14.4. A presente Ata de Registro de Preços será regida pela Lei 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Costa Rica, estado de Mato Grosso do Sul, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Instrumento, que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei 14.133, de 2021.

Costa Rica MS, de de 2024.

MUNICIPIO DE COSTA RICA – MS
Cleverson Alves dos Santos
Prefeito Municipal / Ordenador de Despesas

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS, PLANEJAMENTO,
RECEITA E CONTROLE**
Paulo César Gabaron Vargas
Ordenador de Despesas / Secretário Municipal

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE/ SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Daniel Rayckson Lemos Santos
Ordenador de Despesas / Secretário Municipal

**FUNDO MUNICIPAL PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA, FUNDO MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO E
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**
Antônio Divino Felix Rodrigues
Ordenador de Despesas / Secretário Municipal

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO
DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – FUNDEB)**
Maria Aparecida Francisca de Souza Almeida
Ordenadora de Despesas / Secretária Municipal

**FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA/SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO,
MEIO AMBIENTE, ESPORTE E CULTURA**
João Carlos Candido Rocha
Ordenador de Despesas / Secretário Municipal



Proc. 458/2024

Fls. _____

MUNICÍPIO DE COSTA RICA

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS

Penides Garcia Jacinto

Ordenador de Despesas / Secretário Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO

Joaquim Alcides Carrijo

Ordenadora de Despesas / Secretária Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES

Gilmárcia Silva Pereira Alves

Ordenador de Despesas/Secretário Municipal

Representante legal do DETENTOR DA ATA

TESTEMUNHAS:

1 _____

2 _____

**MUNICÍPIO DE COSTA RICA**

(apenas para conhecimento, a empresa não precisa preencher)

ANEXO IV**MINUTA DO TERMO DE CONTRATO**

(Processo Administrativo nº 458/2024)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____ / ____ QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE COSTA RICA, ATRAVÉS DO ORGÃO GERENCIADOR SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS, PLANEJAMENTO, RECEITA E CONTROLE, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FUNDEB), SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, MEIO AMBIENTE, ESPORTE E CULTURA, SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO E SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES E A EMPRESA

O MUNICÍPIO DE COSTA RICA - CNPJ n. 15.389.596/0001-30, com sede à Rua Ambrosina Paes Coelho, nº 228, Centro, em Costa Rica/MS, ordenador de Despesas: **Cleverson Alves dos Santos**, Prefeito Municipal, brasileiro, casado, advogado, portador da carteira de identidade com RG n. 1876103 SSP/DF, inscrito no CPF sob o n. 648.171.485-00, residente e domiciliado à Rua Francisco Augusto Mesquita Filho, nº 365, Jardim Eldorado, na cidade de Costa Rica, estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS, PLANEJAMENTO, RECEITA E CONTROLE**: Ordenador de Despesas: **Paulo César Gabaron Vargas**, Secretário Municipal de Administração, Finanças, Planejamento, Receita e Controle), brasileiro, casado, portador da carteira de identidade com RG n. 479.928 SSP/MS, inscrito no CPF sob o n. 447.571.071-53, residente e domiciliada à Rua João Rodrigues de Oliveira, nº 498, Ramez Tebet, na cidade de Costa Rica, estado de Mato Grosso do Sul, o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, inscrito no CNPJ n. 13.996.218/0001-90; e **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**: Ordenador de Despesas: **Daniel Rayckson Lemos Santos**, Secretário Municipal de Saúde, brasileiro, solteiro, portador da carteira de identidade RG nº 1.361.561 SEJUSP-MS e CPF nº 025.107.641-52, residente e domiciliado na Residente e domiciliado na Rua Ceará Nº602, Sonho Meu III, na cidade de Costa Rica, Estado de Mato Grosso do Sul, o **FUNDO MUNICIPAL PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA**, CNPJ n. 20.088.278/0001-70; **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, inscrito no CNPJ n. 15.404.969/0001-03; **FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO**, inscrito no CNPJ n. 36.142.469/0001-02; e **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**: Ordenadora de Despesas: **Antônio Divino Felix Rodrigues**, Secretário Municipal de Assistência Social, brasileiro, portador da carteira de identidade com RG n. 750047 SSP/MS, inscrita no CPF sob o n. 600.776.891-00, residente e domiciliado à Rua Ambrosina Paes Coelho, nº 2014, Vila Santana, na cidade de Costa Rica, estado de Mato Grosso do Sul, o **FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA; E SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, MEIO AMBIENTE, ESPORTE E CULTURA**: RESPONSÁVEL /

**MUNICÍPIO DE COSTA RICA**

ORDENADOR DE DESPESAS: **João Carlos Candido Rocha**, Secretário Municipal de Turismo, Meio Ambiente, Esporte e Cultura, brasileiro, portador da carteira de identidade com RG n. 000969546, inscrito no CPF sob o n. 837.988.701-87, residente e domiciliado à Rua Amelia Rodrigues de Menezes, n° 355, Jardim Buenos Aires, na cidade de Costa Rica, estado de Mato Grosso do Sul, a **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – FUNDEB)**, inscrito no CNPJ n. 30.056.699/0001-72: Ordenadora de Despesas: **Maria Aparecida Francisca de Souza Almeida**, Secretária Municipal de Educação em exercício, brasileira, casada, pedagoga, portadora da carteira de identidade com RG n. 436777 SSP/MS, inscrita no CPF sob o n. 421.005.001-63, residente e domiciliada à Avenida José Ferreira da Costa, n° 1902, Bairro Centro, na cidade de Costa Rica, estado de Mato Grosso do Sul, a **SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS**: Ordenador de Despesas: **Penides Garcia Jacinto**, Secretário Municipal de Obras Públicas, brasileiro, casado, portador da carteira de identidade com RG n. 134.121 SSP/MT, inscrito no CPF sob o n. 236.741.721-00, residente e domiciliado à Rua Maria Garcia Gomes, n° 835, Centro, na cidade de Costa Rica, estado de Mato Grosso do Sul, a **SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO**: Ordenador de Despesas: **Joaquim Alcides Carrijo**, Secretário Municipal de Agricultura e Desenvolvimento, brasileiro, divorciado, contador, portador da carteira de identidade com RG n. 270.846 SSP/GO, inscrito no CPF sob o n. 160.487.091-53, residente e domiciliado à Rua Valdir Barbosa da Costa, n° 533, bairro JK, na cidade de Costa Rica, estado de Mato Grosso do Sul, a **SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES**: Ordenador de Despesas: **Gilmércia Silva Pereira Alves**, Secretária Municipal de Políticas Públicas Para Mulheres, brasileira, casada, contador, portador da carteira de identidade com RG n. 5712633 - SSP/GO, inscrito no CPF sob o n. 920.926.325-15, residente e domiciliada na Rua Francisco Augusto Mesquita Filho, n° 365, Jardim Eldorado, na cidade de Costa Rica, Estado de Mato Grosso do Sul,, doravante denominado CONTRATANTE, e **DE OUTRO LADO** o(a) _____, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o n° _____, sediado(a) na _____, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por _____ (nome e função no contratado), portador do RG n. _____ devidamente inscrito no CPF sob o n. _____, com endereço eletrônico _____, conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tudo registrado e em consonância com o Processo Administrativo n° _____ e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislações correlatas aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. _____, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PREPOSTO INDICADO PELA CONTRATADA

1.1. Nos termos constantes no Anexo VII do edital, Termo de Nomeação de Preposto, a CONTRATADA nomeia e constitui o(a) senhor(a) _____, devidamente qualificado(a) no respectivo Termo, com endereço eletrônico _____, como o **preposto** responsável para acompanhar a execução do Contrato ou instrumento equivalente, e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações assumidas na presente contratação.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO ([art. 92, I e II](#))

**MUNICÍPIO DE COSTA RICA**

2.1. O objeto do presente instrumento é a aquisição de _____, nas condições estabelecidas no Termo de Referência e na Proposta de Preços.

2.2. Quantidade e especificação do objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1					
2					
3					
...					

2.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

2.3.1. O Termo de Referência;

2.3.2. O Edital da Licitação;

2.3.3. A Documentação de Habilitação e a Proposta de Preços do contratado;

2.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados;

2.3.5. O Plano Básico de Fiscalização.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO OBJETO (artigos 105, 106 e 107)

3.1. O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano contados da data da sua publicação do dia a de seu extrato publicado no Diário Oficial do Município, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

3.3. O presente Contrato será regido pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e, os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na referida Lei, e demais normas federais aplicáveis e também os normativos internos regentes, e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos, devendo ser observado no sítio eletrônico do órgão as normas regentes das contratações formalizadas pela Nova Lei de Licitações – Lei 14.133/21.

CLÁUSULA QUARTA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))

4.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**MUNICÍPIO DE COSTA RICA**

4.2. A Gestão e fiscalização Contratual, conforme a alínea “f” do inciso XXIII do art.6º da NLL, se dará nos termos do Plano Básico de Fiscalização, conforme devidamente publicado no sítio eletrônico do município, no link: <https://www.costarica.ms.gov.br/portal/diario-oficial>

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto do Contrato, será efetuado mediante crédito em conta corrente, no prazo de **até 30 (trinta) dias**, do atesto da nota fiscal.

6.2. O documento de cobrança da Contratada será mediante nota fiscal/fatura, cujo crédito será realizado na conta corrente indicada pela Contratada.

6.3 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.4 Se for constatado erro ou irregularidade na nota fiscal/fatura, a Contratante, a seu critério, poderá devolvê-la para as devidas correções, ou aceitá-la, com a glosa da parte que considerar indevida, nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

6.4.1 Na hipótese de devolução, a nota fiscal/fatura será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

6.5 A Contratante não pagará, sem que tenha autorização prévia e formal, qualquer compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras.

6.6. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela Contratada, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

6.7. A Contratante efetuará retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à Contratada, na forma da legislação aplicável.

6.8. Será efetuada a glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a contratada:

6.8.1. não produziu os resultados acordados ou deixe de executar as atividades contratadas ou não as



MUNICÍPIO DE COSTA RICA

executou com a qualidade mínima exigida.

6.9. Em se tratando de execução de recursos da União decorrente de transferência voluntária, as regras de pagamento atenderão ao regramento próprio editado por aquele ente.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE ([artigos 25, §7º, 92, § 3º](#))

7.1. Não se aplica.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE ([art. 92, X, XI e XIV](#))

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

8.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.9. Emitir decisão explícita sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.9.1. A Administração terá o prazo de 01 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 01 (um) mês.



MUNICÍPIO DE COSTA RICA

8.1.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));

9.1.2. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas** que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.6. O contratado deverá entregar junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.1.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, qualquer ocorrência anormal ou dificuldade criada pela contratante na entrega do objeto.

9.1.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;



MUNICÍPIO DE COSTA RICA

9.1.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.1.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, quando solicitado e no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.1.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.1.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021.

9.1.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.1.15. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.1.16. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.1.17. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.1.18. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.1.19. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

9.1.20. Entregar o produto sempre com a mesma qualidade e especificação técnica da proposta, em quantidade e qualidade compatível com o exposto no documento fiscal, no local, forma e prazo determinado no termo de referência;

9.1.21. Informar eventual alteração do preposto ou de sua qualificação, para providências quanto ao apostilamento devido, mantendo atualizado o endereço eletrônico do mesmo para os fins de eficiente comunicação no processo de fiscalização.



MUNICÍPIO DE COSTA RICA

Limpeza de Caixas de água:

9.1.22. A contratada deverá executar os serviços de limpeza de caixa de água utilizando produtos adequados, em hipótese alguma a contratada deverá usar detergentes, removedor, sabão ou outros produtos químicos que possa ser prejudicial à saúde. Outro ponto muito importante é manter a caixa bem tampada, para que não entrem insetos, sujeira ou mesmo animais pequenos;

9.1.23. Possuir equipamentos adequados para a limpeza da caixa de água, pois as mesmas encontram-se em locais de difícil acesso, necessitando o uso de escadas;

9.1.24. Os funcionários da empresa que realizarão os serviços deverão ter Capacitação específica dentro das normas de segurança, através de treinamento de NR33 e NR35, comprovando por meio de certificado;

9.1.25. Deverá ser fornecido um “Certificado de Limpeza” para cada caixa de água, na qual tenha sido realizada a limpeza e a desinfecção, com validade de 06 (seis) meses;

9.1.26. Os serviços deverão ser executados em dias e horários previamente agendados com antecedência mínima de 3 (três) dias, com os respectivos responsáveis de cada unidade.

Limpeza de bebedouros e troca de filtros:

9.1.27. Deverá ser fornecido “Certificado de Limpeza” para cada bebedouro no qual tenha sido realizada a limpeza e a desinfecção, com validade de 06 (seis) meses.

9.1.28. No que tange a higienização e troca de filtros dos bebedouros a contratada deverá disponibilizar de todos os materiais necessários a realização dos serviços, bem como disponibilizar os filtros, aonde a mesma ainda deverá entregar cópia da nota fiscal da compra e entregar ao responsável da secretária solicitante o filtro substituído/trocado.

Controle de pragas, vetores, desinsetização, desratização:

9.1.29. A contratação deverá estar de acordo com os critérios e práticas de sustentabilidade em relação aos materiais e produtos a serem empregados, bem como a previsão da adequada execução a fim de atender as demandas sem infringir a legislação ambiental aplicável.

9.1.30. A Contratada deverá racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes, informando, se for o caso, o tratamento adotado para o recolhimento dos resíduos; deverá substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade; os materiais empregados pela empresa contratada deverão atender a melhor relação entre custos-benefícios, considerando-se os impactos ambientais, positivos e negativos, associados ao produto.

9.1.31. A contratação ainda deverá ser de empresa que possua responsável técnico devidamente habilitado para o exercício das funções relativas às atividades pertinentes ao controle de vetores e pragas urbanas, com registro e habilitação fornecidos pelo respectivo conselho profissional.



MUNICÍPIO DE COSTA RICA

9.1.32. Os serviços de controle de pragas, vetores, desinsetização, desratização deverá ser realizados fora do horário de expediente, iniciando sempre as sextas feiras após às 17hs e finais de semana;

9.1.33. A empresa prestadora do serviço citados neste termo deverá emitir laudo técnico da realização do serviço de CONTROLE DE PRAGAS, VETORES, DESINSETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO com validade de 6 meses.

9.1.34. Ainda sobre as obrigações da contratada:

9.1.35. Cumprir fielmente com as cláusulas contratuais;

9.1.36. A contratada fica vedada de subcontratar os serviços citados neste termo de referência;

9.1.37. Ficará à encargo da Contratada todos os meios para a realização dos serviços elencados nesse termo tais como; fornecimento de mão de obra, materiais de consumo, insumos, equipamentos e maquinários necessários e adequados para execução dos serviços **Escola Municipal Belonizia 45 km, Escola Municipal Cotriza de Baús 50 km e Posto de Saúde da Lage 15km.**

9.1.38. Realizar os serviços nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independentemente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata;

9.1.39. Comunicar antecipadamente a data e horário da realização dos serviços, não sendo aceitos os serviços que estiverem em desacordo com as especificações constantes no edital, nem quaisquer pleitos de faturamento extraordinários;

9.1.40. Atender as despesas e encargos de qualquer natureza como o seu pessoal envolvido na realização dos serviços, responsabilizando-se pelos encargos de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal, de acidente de trabalho e outras;

9.1.41. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, na qual decorreu o presente ajuste;

9.1.42. Prestar os devidos esclarecimentos que forem solicitados pelos Órgãos participantes desta Ata, cujas reclamações se obriga a responder prontamente, bem como dar ciência aos mesmos, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do objeto contratado;

9.1.43. Manter o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos relacionados ou não com a prestação dos serviços/produtos desta Ata;

9.1.44. Atender as ordens de fornecimentos emitidas no prazo de vigência da Ata de Registro de Preço, quando a conclusão de entrega venha ocorrer em data posterior a do seu vencimento.

9.1.45. Todos os custos relativos a execução do serviço (custas, fretes, deslocamento, combustível e outras) ficará a cargo da Contratada.



MUNICÍPIO DE COSTA RICA

9.1.46. Permitir o acompanhamento da execução e fiscalização da execução contratual

9.1.47. Substituir o material ou serviço em que se verifiquem danos, má execução

9.1.48. No interesse da Administração, o valor do contrato decorrente desta licitação poderá ser acrescido ou reduzido em até 25% (vinte e cinco por cento), com o aumento ou supressão dos quantitativos correspondentes, sem que disso resulte para a contratada direito a qualquer reclamação.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO OBJETO ([art. 92, XII e XIII](#))

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos desta licitação
- l) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

11.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.3. Multa de 20% (de vinte por cento), conforme regulamentação pertinente ao art.156, § 3º da Lei 14.133/2021 (limite de 0,5 a 30%), sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do



MUNICÍPIO DE COSTA RICA

fornecedor, por qualquer das infrações do item 11.1, alíneas “a” à “k”;

11.4. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos do item 11.1, alíneas “b” à “g”, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

11.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes municipais, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, no caso do item 11.1, alíneas “h” à “k”, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

11.6. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.7. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.7.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.7.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de



MUNICÍPIO DE COSTA RICA

direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.12. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.14. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO (art. 92, XIX)

12.1. **O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes**, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:
a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**MUNICÍPIO DE COSTA RICA**

12.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.3.3. Indenizações e multas.

12.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Órgão:

Unidade:

Função:

Sub-Função:

Programa:

Projeto/Atividade:

Elemento de Despesas:

Fonte de Recursos:

Plano Plurianual: Lei nº 1.630/2021

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



Proc. 458/2024

Fls. _____

MUNICÍPIO DE COSTA RICA

16.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no sítio eletrônico oficial, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da data de sua assinatura e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), sob condição indispensável para sua eficácia.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO ([art. 92, §1º](#))

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Costa Rica, estado de Mato Grosso do Sul, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Costa Rica MS, de de 2024.

MUNICIPIO DE COSTA RICA – MS

Cleverson Alves dos Santos

Prefeito Municipal/Ordenador de Despesas

MUNICIPIO DE COSTA RICA – MS

Cleverson Alves dos Santos

Prefeito Municipal / Ordenador de Despesas

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS, PLANEJAMENTO, RECEITA E CONTROLE

Paulo César Gabaron Vargas

Ordenador de Despesas / Secretário Municipal

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE/ SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Daniel Rayckson Lemos Santos

Ordenador de Despesas / Secretário Municipal

FUNDO MUNICIPAL PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO E SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Antônio Divino Felix Rodrigues

Ordenador de Despesas / Secretário Municipal



Proc. 458/2024

Fls. _____

MUNICÍPIO DE COSTA RICA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – FUNDEB)

Maria Aparecida Francisca de Souza Almeida

Ordenadora de Despesas / Secretária Municipal

FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA/SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, MEIO AMBIENTE, ESPORTE E CULTURA

João Carlos Candido Rocha

Ordenador de Despesas / Secretário Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS

Penides Garcia Jacinto

Ordenador de Despesas / Secretário Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO

Joaquim Alcides Carrijo

Ordenadora de Despesas / Secretária Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES

Gilmárcia Silva Pereira Alves

Ordenador de Despesas/Secretário Municipal

Representante legal do DETENTOR DO CONTRATO

TESTEMUNHAS:

1 _____

2 _____



Proc. 458/2024

Fls. _____

MUNICÍPIO DE COSTA RICA

(Este anexo é um modelo e deve ser feito em papel timbrado do licitante)

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO ME - EPP

Pregão Eletrônico nº 14/2024
Processo Administrativo nº 458/2024
Sistema Registro de Preços

Eu _____, subscrito abaixo, DECLARO que a empresa **(qualificação da empresa proponente)** _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº _____ com sede no endereço _____, município _____/_____, neste ato por mim representada, para todos os fins de direito, especificamente para participação no presente procedimento licitatório, faz jus ao tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/2006, por estar contida no rol de beneficiários do artigo 3ª da referida Lei.

DECLARO também, ciência de que a prestação de informações inverídicas sujeitará a empresa, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária relativas à falsidade ideológica (art. 299 do código Penal) e ao crime a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

_____/_____, ____ de _____ de 2024.

Nome e Assinatura do representante legal

**MUNICÍPIO DE COSTA RICA**

(Este anexo é um modelo e deve ser feito em papel timbrado do licitante)

ANEXO VI**MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA**

Pregão Eletrônico nº 14/2024
Processo Administrativo nº 458/2024
Sistema Registro de Preços

A empresa _____, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada na Rua _____, nº _____, bairro _____, na cidade de _____, com o endereço eletrônico _____, situada no Estado de _____, através do seu representante legal, infra-assinado, e para os fins de participação **do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2024, DECLARA** sob as penalidades cabíveis, que:

I - atende aos requisitos de habilitação e responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

II - não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

III - conhece as especificações do objeto e os termos constantes neste Edital e seus Anexos, e que, concorda com todos os termos constantes no mesmo e ainda, que possui todas as condições para atender e cumprir as exigências de fornecimento então contidas;

IV - na qualidade de Proponente do procedimento de Pregão Eletrônico instaurado por este Município, o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a)....., Portador(a) do RG sob nº e CPF nº , cuja função/cargo é.....(sócio administrador/procurador/diretor/etc), responsável pela assinatura do Contrato ou instrumento equivalente.

V - não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

VI - cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitados da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;



MUNICÍPIO DE COSTA RICA

VII - a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da entrega das propostas.

VIII – o endereço correto, em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo de contratação direta, bem como em caso de eventual contratação, é: _____

E-mail:

Telefone:

IX - Ciência da existência e cumprimento da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e, se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE, declara ainda, que os princípios norteadores da referida legislação estão incorporados no desenvolvimento de suas atividades institucionais, bem como na prática de seus agentes de tratamento.

X - para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/21, não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos (inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal).

Ressalva: () emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

XI – conhecimento acerca da disposição contida no artigo 155, VIII da Lei 14.133/2021, quanto a apresentação de declaração falsa.

_____ / ____, ____ de _____ de 2024.

Nome e Assinatura do representante legal



Proc. 458/2024

Fls. _____

MUNICÍPIO DE COSTA RICA

(Este anexo é um modelo e deve ser feito em papel timbrado do licitante)

ANEXO VII

MODELO DE TERMO DE NOMEAÇÃO DE PREPOSTO

Processo nº 458/2024

Pregão Eletrônico nº 14/2024

Sistema Registro de Preços

A Empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, com sede à _____, declara que, que caso seja vencedora do certame, nomeia e constitui como seu(a) preposto(a), o(a) Senhor(a)....., brasileiro (a), estado civil, profissão, portador(a) do RG nº _____, inscrito(a) no CPF/MF sob n.º _____, residente e domiciliado (a) à _____, na cidade de _____, estado de _____, como responsável para acompanhar a execução do Contrato ou instrumento equivalente, e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações assumidas diante da participação neste certame, bem como representá-la em todos os demais atos que se relacionem à finalidade específica desta nomeação.

Declarando ainda que, o contrato e todas as informações pertinentes devem ser direcionadas para o e-mail: _____.

....., de de 2024.

(Nome da empresa)

(Nome e assinatura do representante legal da empresa, com a indicação da qualidade de sócio/gerente/diretor/procurador) (confirmar poderes no contrato social ou procuração.)

(Nome e assinatura do preposto)